

STATKRAFT ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A. E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Statkraft Energias Renováveis S.A. (“Companhia” ou “SKER”), com sede social em Florianópolis, Santa Catarina, tem por atividade principal a participação no capital social de empresas nas áreas de geração de energia elétrica, além da implementação e operação de projetos de energia renovável e prestação de serviço de operação e manutenção. Seus ativos em operação atuam na geração de energia eólica e hídrica, compreendendo uma capacidade instalada total de 449,31 MW.

1.1. *Principais eventos de 2021 e 2020*

Construção de projetos eólicos:

Em 18 de outubro de 2019, a Companhia, participou do 30º Leilão de Energia Nova do tipo A-6 e sagrou-se vencedora com parte dos projetos eólicos Ventos de Santa Eugênia e Serra de Mangabeira, com capacidade instalada total de 420MW e 75,6MW, respectivamente. Os 11 projetos vencedores tiveram parte da energia vendida às distribuidoras de energia elétrica. Ventos de Santa Eugênia assegurou a comercialização de 75,3 MW médios e Serra da Mangabeira teve 12,1 MW médios vendidos, com prazo contratual de 20 anos e início de suprimento em 1º de janeiro de 2025, conforme as diretrizes do Ministério de Minas e Energia (MME).

Para viabilizar os projetos eólicos supracitados, foram constituídas onze Companhias, que conterão os ativos de geração eólica, bem como os respectivos financiamentos necessários à sua construção.

Em 4 de janeiro de 2021, a Companhia iniciou a construção do parque eólico, a qual se dará em tranches. A previsão orçamentária estima investimentos no montante de R\$ 2,6 bilhões para o projeto e a construção encontra-se alinhada com o cronograma estabelecido para execução das obras. A expectativa de início da operação é para Setembro de 2022 e o encerramento do último parque está previsto para Junho de 2023.

Incorporação da subsidiária Monel Monjolinho:

Visando melhorar o desempenho financeiro e administrativo da Companhia, em 4 de setembro de 2020, foi aprovada a incorporação da investida Monel Monjolinho Energética S.A. (“Monel”) nos termos do Protocolo e Justificação de Incorporação. Como resultado desta incorporação, a Monel foi extinta de pleno direito e a Companhia tornou-se sua sucessora. O patrimônio líquido da Monel na data base do laudo de incorporação e com base no valor contábil, representava o montante de R\$182.346. Para atendimento dos requisitos legais, a Companhia contratou uma empresa especializada para emissão do laudo de avaliação do patrimônio líquido com data de 30 de junho de 2020, de acordo com as normas contábeis vigentes. Os saldos de ativos adquiridos e passivos assumidos estão representados na nota explicativa nº 12.1.

Projetos eólicos vencedores em Leilão de Energia Nova A-5:

Em 30 de setembro de 2021, a Companhia participou do 35º Leilão de Energia Nova A-5 com dois projetos eólicos do complexo Morro do Cruzeiro, localizado no município de Brotas de Macaúbas no estado da Bahia. Possui capacidade instalada total de 79,8 MW e é composto por 14 turbinas. Como resultado do leilão, os projetos citados acima foram vencedores e tiveram 30% da energia vendida à distribuidoras de energia por meio de contratos fechados no ambiente regulado (CCEAR), com prazo contratual de 15 anos e início de suprimento em 1º de janeiro de 2026, de acordo com as diretrizes do Ministério de Minas e Energia (MME). Como estratégia, a Statkraft comercializará a energia remanescente dos projetos no mercado livre.

Em 15 de dezembro de 2021 a Administração da Companhia aprovou o início da construção dos projetos Morro do Cruzeiro I e II. A previsão orçamentária é de R\$672.000, para os quais a Companhia estabeleceu uma estrutura de capital considerando capital próprio e de terceiros para financiamento.

A construção tem início previsto para junho de 2022, a estimativa é que as primeiras turbinas eólicas comecem a operar no final de 2023 e a conclusão está prevista para o início de 2024. O complexo utilizará a turbina eólica Nordex 163/5,7 MW conforme contrato de fornecimento assinado em dezembro de 2021.

Foram constituídas duas sociedades de propósito específicos para as quais serão direcionados os ativos de geração eólica dos projetos de complexo Morro do Cruzeiro.

Inspeção e reforma da PCH São João:

Em 24 de agosto de 2020, a PCH São João foi desligada para realização da substituição das válvulas das unidades geradoras, dentro de uma atividade de manutenção programada com estimativa de conclusão em 05 de novembro de 2020. Para realizar esta manutenção o túnel de adução da usina foi esvaziado e, como recomenda a boa prática de engenharia, procedeu-se imediatamente à sua inspeção. Durante a inspeção do túnel de adução foram encontrados desde cartuchos explosivos não detonados como também desprendimento do piso, falhas geológicas e quedas de rochas ao longo do túnel. As atividades de recuperação do túnel foram concluídas no mês de outubro de 2021 e o retorno das atividades operacionais ocorreu em 23 de novembro de 2021, quando a ANEEL revogou a suspensão da operação comercial. A Companhia reconheceu uma provisão para perda ao valor recuperável conforme mencionado na nota explicativa nº 13.

Incorporação Enex O&M:

Em 2016, a subsidiária Enex O&M de Sistemas Elétricos Ltda. teve suas atividades descontinuadas, as quais compreendiam prestação de serviços de O&M à terceiros, de forma a se adequar ao “core business” do Grupo Statkraft. Visando otimizar o desempenho financeiro e administrativo da Companhia, em 15 de dezembro de 2021, foi aprovada sua incorporação nos termos do Protocolo e Justificação de Incorporação. Como resultado desta incorporação, a Enex foi extinta de pleno direito e a Companhia tornou-se sua sucessora. O patrimônio líquido da Enex na data base do laudo de incorporação e com base no valor contábil, representava o montante de R\$1.813. Para atendimento dos requisitos legais, a Companhia contratou uma empresa especializada para emissão do laudo de avaliação do patrimônio líquido com data de 30 de novembro de 2021, de acordo com as normas contábeis vigentes. Os saldos de ativos adquiridos e passivos assumidos estão representados na nota explicativa nº 8.

1.2. Participações societárias

A Companhia possui participação societária nas seguintes companhias operacionais, e também na Enex O&M de Sistemas Elétricos Ltda. ("Enex"), que foi descontinuada em 2016 e incorporada em 2021 conforme mencionado na nota 1.1:

Companhia		Tipo	Participação Societária	
			2021	2020
<u>Eólicas operacionais</u>				
Energen Energias Renováveis S.A. (“Energen”)	(a)	Controlada direta	99,99%	99,99%
Macaúbas Energética S.A. (“Macaúbas”)	(a)	Controlada direta	100,00%	100,00%
Novo Horizonte Energética S.A. (“Novo Horizonte”)	(a)	Controlada direta	100,00%	100,00%
Seabra Energética S.A. (“Seabra”)	(a)	Controlada direta	100,00%	100,00%
<u>Eólicas não operacionais</u>				
Ventos de Santa Eugênia Energias Renováveis S.A. ("Santa Eugênia")	(g)	Controlada direta	100,00%	100,00%
Oslo I S.A.	(h)	Controlada direta	100,00%	99,99%
Oslo II S.A.	(h)	Controlada direta	100,00%	99,99%
Oslo III S.A.	(h)	Controlada direta	100,00%	99,99%
Oslo IV S.A.	(h)	Controlada direta	100,00%	99,99%
Oslo V S.A.	(h)	Controlada direta	100,00%	99,99%
Oslo VI S.A.	(h)	Controlada direta	100,00%	99,99%
Oslo VII S.A.	(h)	Controlada direta	100,00%	99,99%
Oslo VIII S.A.	(h)	Controlada direta	100,00%	99,99%
Oslo IX S.A.	(h)	Controlada direta	100,00%	99,99%
Oslo X S.A.	(h)	Controlada direta	100,00%	99,99%
Serra da Mangabeira S.A.	(h)	Controlada direta	100,00%	100,00%
Ventos de São Vitorino Energias Renováveis S.A.("São Vitorino")	(g)	Controlada direta	100,00%	100,00%
Oslo XI S.A.	(g)	Controlada direta	100,00%	-
Oslo XII S.A.	(g)	Controlada direta	100,00%	-
Oslo XIII S.A.	(g)	Controlada direta	100,00%	-
Oslo XIV S.A.	(g)	Controlada direta	100,00%	-
Morro do Cruzeiro I S.A.	(i)	Controlada direta	100,00%	-
Morro do Cruzeiro II S.A.	(i)	Controlada direta	100,00%	-
<u>Pequenas Centrais Hidrelétricas</u>				
Esmeralda S.A. (“Esmeralda”)	(b)	Controlada direta	100,00%	100,00%
Santa Laura S.A. (“Santa Laura”)	(b)	Controlada direta	100,00%	100,00%
Santa Rosa S.A. (“Santa Rosa”)	(b)	Controlada direta	100,00%	100,00%
Moinho S.A. (“Moinho”)	(c)	Controlada direta	100,00%	100,00%
Santa Fé Energia S.A. (“Santa Fé”)	(c)	Controlada direta	100,00%	100,00%
Passos Maia Energética S.A. (“Passos Maia”)	(c)	Controlada em conjunto	50,00%	50,00%
<u>Usinas Hidrelétricas</u>				
Monel Monjolinho Energética S.A. (“Monel”)	(d)	Controlada direta	-	100,00%
Usina Hidrelétrica Cubatão S.A. (“Cubatão”)	(e)	Outras participações	20,00%	20,00%
Ceran - Companhia Energética Rio das Antas (“Ceran”)	(e)	Outras participações	5,00%	5,00%
Dona Francisca Energética S.A. (“Dfesa”)	(e)	Outras participações	2,12%	2,12%
<u>Serviços de Operação e Manutenção (O&M)</u>				
Enex O&M de Sistemas Elétricos Ltda. (“Enex”)	(f)	Oper. descontinuada	100,00%	100,00%
<u>Comercialização de energia elétrica</u>				
Statkraft Comercialização de Energia S.A.	(i)	Controlada direta	100,00%	-

- (a) Referem-se a controladas diretas da Companhia, sociedades por ações de capital fechado, que têm por objeto social projetar, implantar, operar e explorar parques eólicos específicos, localizado no Estados da Bahia e do Sergipe. Em regime de autorização, tem toda a sua produção contratada com a CCEE, no âmbito do Leilão de Energia de Reserva - 2009 ("LER 2/2009").

- (b) Referem-se a controladas diretas da Companhia, sociedades por ações de capital fechado, que têm por objeto social exclusivo a geração e comercialização de energia elétrica de Pequenas Centrais Hidrelétricas ("PCHs") localizadas nos Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Rio de Janeiro, respectivamente. Em regime de autorização, estes complexos têm toda a sua produção contratada com a Centrais Elétricas Brasileiras - Eletrobrás, no âmbito do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica - PROINFA.
- (c) Referem-se a controladas diretas e controlada em conjunto da Companhia, respectivamente, sociedades por ações de capital fechado, que têm por objeto social exclusivo a geração e comercialização de energia elétrica de Pequenas Centrais Hidrelétricas ("PCHs") localizadas nos Estados do Rio Grande do Sul, Espírito Santo e Santa Catarina, respectivamente, atuando sobre o regime de autorização.
- (d) Refere-se a controlada direta da Companhia, sociedade por ações de capital fechado, que tem por objeto social exclusivo a geração e comercialização de energia elétrica em Usina Hidrelétrica ("UHE") localizada no Estado de Santa Catarina. Em regime de concessão, este complexo possui a sua produção contratada com as distribuidoras que declararam demanda no Leilão de Energia Nova - 2011 ("LEN 2011 (A-3) ". A Controlada foi incorporada à Companhia em 4 de setembro de 2020.
- (e) Referem-se a investimentos sem influência significativa, os quais são registrados a valor justo.
- (f) Refere-se a investimento descontinuado em 20 de dezembro de 2016, sociedade por ações de capital fechado, que tem por objeto social a prestação de serviços a terceiros em contratos de Operação e Manutenção (nota explicativa nº 8)
- (g) Referem-se a controladas diretas com projetos "greenfield" do segmento eólico em fase de desenvolvimento.
- (h) Companhias constituídas para viabilização do projeto Ventos de Santa Eugênia, por meio do qual a Companhia sagrou-se vencedora no Leilão de Energia Nova (A-6) que ocorreu em 18 de outubro de 2019.
- (i) Companhias constituídas para viabilização do projeto Morro do Cruzeiro, por meio do qual a Companhia sagrou-se vencedora no Leilão de Energia Nova (A-5) que ocorreu em 30 de setembro de 2021.
- (j) Controlada direta com atividade principal de comercialização de energia elétrica no âmbito do mercado brasileiro e/ou de outros países.

1.3. Principais características dos empreendimentos de geração

A seguir encontram-se detalhes sobre as geradoras controladas, controlada em conjunto e empreendimentos minoritários do Grupo:

Usina	Contratos	Portaria MME/Resolução ANEEL	Prazo de autorização	Fim do período de concessão*	Capacidade de produção instalada MW	Capacidade de produção instalada Statkraft MW	Garantia física MW médio
Eólicas ("EOL"):							
EOL Barra dos Coqueiros (Energen)	LER 2/2009	Portaria MME nº 617/2010	35 anos	jul-45	34,5	34,5	10,5
EOL Macaúbas	LER 2/2009	Portaria MME nº 580/2010	35 anos	mai-45	35,07	35,07	13,4
EOL Novo Horizonte	LER 2/2009	Portaria MME nº 673/2010	35 anos	mai-45	30,06	30,06	10,97
EOL Seabra	LER 2/2009	Portaria MME nº 671/2010	35 anos	mai-45	30,06	30,06	11,33
Hídricas:							
PCH Esmeralda	PROINFA	Res. ANEEL nº 605/2001	30 anos	ago-33	22,2	22,2	12,32
PCH Santa Laura	PROINFA	Res. ANEEL nº 379/2000	30 anos	mar-33	15	15	7,99
PCH Santa Rosa	PROINFA	Res. ANEEL nº 197/2001	30 anos	jan-33	30	30	17,07
PCH Moinho	Cemig	Res. Autoriz. ANEEL nº 1.451/2008	30 anos	jun-44	13,7	13,7	6,98
PCH Victor Batista Adami (Passos Maia)	Cemig	Res. Autoriz. ANEEL nº 68/2004	30 anos	dez-37	25	12,5	13,7
UHE Monel Monjolinho	LEN 4/2006	Contrato de Concessão nº 18/2002	35 anos	mar-43	74,4	74,4	41,7
UHE Suíça (SKER)	EDP Com.	Contrato de Concessão nº 1/2014	30 anos	fev-27	33,9	33,9	21,61
PCH Viçosa (SKER)	ESCELSA	Res. ANEEL nº 111/1999	30 anos	out-30	4,5	4,5	2,52
PCH São João (SKER)	ESCELSA	Res. ANEEL nº 110/1999	26 anos	out-30	25	25	12,95
PCH Alegre (SKER)	ESCELSA	Contrato de Concessão nº 4/2013	30 anos	mai-27	2,06	2,06	1,16
PCH Fruteiras (SKER)	ESCELSA	Contrato de Concessão nº 4/2013	30 anos	abr-26	8,74	8,74	5,56
PCH Jucu (SKER)	ESCELSA	Contrato de Concessão nº 4/2013	30 anos	jun-26	4,84	4,84	2,62
PCH Rio Bonito (SKER)	CBR - ESCELSA/ CCEAR ⁽¹⁾	Contrato de Concessão nº 4/2013	30 anos	jun-26	22,5	22,5	9,4
PCH Francisco Gros (Santa Fé)	CCEAR	Res. ANEEL nº 482/2001	30 anos	set-33	29	29	15,58
UHE Monte Claro (CERAN)	CPFL /CCEAR / CCEAL	Contrato de Concessão nº 8/2001	35 anos	nov-39	130	6,5	69
UHE Castro Alves (CERAN)	CPFL /CCEAR / CCEAL	Contrato de Concessão nº 8/2001	35 anos	nov-39	130	6,5	64
UHE 14 de Julho (CERAN)	CPFL /CCEAR / CCEAL	Contrato de Concessão nº 8/2001	35 anos	nov-39	100	6,0	50
UHE Dona Francisca		Contrato de Concessão nº 188/1998	35 anos	set-37	125	2,6	80

¹ A PCH Rio Bonito possui contrato bilateral regulado ("CBR") firmado com a contraparte Espírito Santo Centrais Elétricas S.A. ("ESCELSA") e também transações formalizadas por Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado ("CCEAR") firmado com diversas distribuidoras.

* Prazo de concessão considerando a extensão aderida pela repactuação do risco hidrológico abordado na nota explicativa nº 1.4.

1.4. Liminar GSF (“Generation Scalling Fator”)

A retração de geração hidrelétrica do sistema brasileiro elevou significativamente os pagamentos feitos pelos geradores hidrelétricos no mercado de curto prazo, devido ao agravamento do GSF. Esse fato fez com que as usinas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia - MRE ajuizassem ações judiciais para suspensão dos pagamentos desta natureza. Por conta das liminares favoravelmente concedidas a essas ações judiciais, o montante financeiro não pago no mercado de curto prazo, referentes aos períodos entre julho de 2015 e fevereiro de 2018 das controladas UHE Monjolinho, PCH Moinho (ambas, ação judicial GSF APINE) e PCH Passos Maia (ação judicial GSF ABRAGEL), encontravam-se protegidos do efeito controverso do MRE.

Em 23 de outubro de 2018, ocorreram movimentações nas liminares que protegiam essas usinas, resultando no fim da proteção desde 08 de fevereiro de 2018. Para PCH Passos Maia (ação judicial GSF ABRAGEL), houve o pagamento de 11,46 MBLR referente ao montante que se encontrava provisionado e, para as demais, mantiveram os montantes provisionados os valores entre 01 de julho de 2015 e 7 de fevereiro de 2018, referentes à ação judicial GSF APINE. São esses valores, atualizados por IGPM, que estão devidamente provisionados pela Companhia no seu balanço e divulgados na nota explicativa nº 16.

Em 8 de setembro de 2020, foi sancionada a Lei nº 14.052, que trata do GSF e estabelece o ressarcimento às usinas integrantes do MRE, por meio de extensão de outorga decorrente dos impactos ocasionados pela Geração Térmica Fora da Ordem de Mérito - GFOM, antecipação de garantia física dos empreendimentos estruturantes e pelas restrições de transmissão, criando, assim, as bases para destravar o Mercado de Curto Prazo. Os termos dessa Lei foram regulamentados pela Aneel por meio da REN nº 895/2020.

Após a decisão do Conselho de Administração da Companhia de aderir ao Acordo e assinar o Contrato (Termo de Aceitação), a dívida na CCEE no montante de R\$115.330 relativa aos ativos Monel e Moinho, foi paga em 20 de agosto de 2021, conforme divulgado na nota explicativa nº 16. Além disso, a Companhia retirou todas as ações judiciais e renunciou de direitos a novas ações judiciais sobre o GSF.

Em 03 de agosto de 2021 e 14 de setembro de 2021, foram publicadas pela ANEEL, respectivamente, as REH Nº 2.919 e REN Nº 2.932, com os valores finais das extensões calculadas pela CCEE com base na REN Nº 895/20, conforme mencionado na nota explicativa nº 14.2. O quadro abaixo descreve o impacto dessas extensões em cada usina do Grupo:

Usina	Vencimento concessão original	Extensão garantida por lei (em anos)	Novo prazo de vencimento da concessão
UHE Monjolinho	abri-37	5,94	mar-43
UHE Suíça	jul-25	1,58	fev-27
PCH Esmeralda	dez-31	1,65	ago-33
PCH Santa Laura	set-31	1,46	mar-33
PCH Santa Rosa II	mai-31	1,67	Jan-33
PCH Moinho	jul-38	5,97	jun-44
PCH Passos Maia	mar-34	3,81	dez-37
PCH Alegre	jul-25	1,85	mai-27
PCH Fruteiras	jul-25	0,76	abr-26
PCH Jucu	jul-25	0,93	jun-26
PCH Rio Bonito	jul-25	0,95	jun-26

Usina	Vencimento concessão original	Extensão garantida por lei (em anos)	Novo prazo de vencimento da concessão
PCH Francisco Gross	nov-31	1,85	set-33
PCH São João	mai-29	1,45	out-30
PCH Viçosa	mai-29	1,43	out-30

Etapas finais do processo de adesão à repactuação corresponderam ao preenchimento e protocolo na ANEEL dos formulários e Termos de Aceitação do Termo de Extensão da Outorga devidamente assinados, que foram concluídos entre os dias 08 e 21 de outubro de 2021.

1.5. *Impactos do COVID-19 nas informações financeiras*

No final de 2019, os casos de coronavírus (“COVID-19”) foram reportados mundialmente e desde então se multiplicaram, com relatos de fatalidade, por diversos países.

Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde declarou a COVID-19 como um surto pandêmico. Durante o mesmo mês, as autoridades governamentais de várias jurisdições impuseram confinamentos ou outras restrições para conter o vírus e diversas empresas suspenderam ou reduziram suas operações. O impacto final na economia global e nos mercados financeiros ainda é incerto, mas imagina-se que seja significativo.

Dessa forma, a Companhia e suas subsidiárias continuam operando com todas as suas usinas e parques eólicos, sendo capaz de realizar seus ativos e liquidar seus passivos no curso normal dos negócios e manter, com isso, sua continuidade operacional.

- A receita líquida consolidada auferida no exercício de 2021 no montante de R\$565.054 superou em 15% a realizada no exercício anterior (R\$477.180).
- Não ocorreram demissões nem reduções salariais na Companhia e suas controladas.
- Não houve inadimplência de clientes e nem perdas de contratos.
- Recorremos a diferimentos no pagamento de impostos e tributos de acordo com as Medidas Provisórias liberadas pelo Governo (Federal, Estadual e Municipal).
- Estamos preservando os recursos de caixa, para atravessarmos o processo da COVID-19.
- Durante as operações do exercício de 2021, os resultados ocorreram dentro das expectativas da Administração, não havendo impactos adversos decorrentes do cenário da pandemia que requeiram ajustes ou divulgações adicionais nessas demonstrações financeiras.

Um dos valores fundamentais da Companhia é a segurança, dessa forma, estamos adotando todas as recomendações da Organização Mundial da Saúde. As principais medidas já adotadas pela Companhia destacamos:

- Criação de Comitê de Crise com reuniões diárias e acompanhamento semanal com a liderança.
- Aplicação do “Home Office” para as atividades administrativas, com retorno em formato híbrido, dependendo da evolução de alguns indicadores da pandemia.
- Cancelamento de todas as viagens não essenciais.

- Disponibilização de apoio psicológico para os colaboradores de forma “on-line”.
- Disponibilização de boas práticas ligadas a gestão da emoção, ergonomia, gerenciamento de tarefas e administração do tempo para os colaboradores da organização.

A Companhia analisou os impactos da COVID-19 e não identificou quaisquer mudanças nas circunstâncias que indiquem a necessidade de ajustes adicionais às suas demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2021 relacionados a “impairment” de ativos ou descontinuidade operacional. A Administração da Companhia tem analisado e tomado ações efetivas para preservar a integridade de suas pessoas e de seus ativos.

1.6. *Capital circulante líquido*

Em 31 de dezembro de 2021, o Grupo apurou capital circulante líquido negativo de R\$125.119 (R\$18.231 de capital circulante líquido positivo em 31 de dezembro de 2020), sobretudo em decorrência das parcelas circulantes de financiamentos e debêntures, as quais contemplam o período de 12 meses, em função da construção dos novos parques eólicos, ao passo que os ativos referentes ao contas a receber correspondem apenas ao fornecimento de energia já incorrido. A Administração da Companhia entende que suas operações, em conjunto com os aportes de capital recebidos, gerarão caixa suficiente para fazer frente às suas obrigações e manter a continuidade normal de suas operações.

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração em 15 de março de 2022.

2. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo, sendo que tais políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados.

Conforme mencionado na nota explicativa nº 1, em 04 de setembro de 2020, foi aprovada a incorporação da investida Monel Monjolinho Energética S.A. (“Monel”) na controladora Statkraft Energias Renováveis S.A., motivo pelo qual as informações comparativas da controladora apresentadas nas demonstrações individuais do resultado, do resultado abrangente e dos fluxos de caixa referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020 estão impactadas pela incorporação da Monel a partir da respectiva data de incorporação. Dessa forma, as informações financeiras individuais da Companhia devem ser avaliadas considerando a situação acima descrita.

2.1. Base de Preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB)) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo. As premissas para estas estimativas estão divulgadas na Nota 3.

Como não existe diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuíveis aos acionistas da controladora, constantes nas demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as IFRSs e as práticas contábeis adotadas no Brasil, e o patrimônio líquido e resultado da controladora, constantes nas demonstrações financeiras individuais preparadas de acordo com as IFRSs e as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Companhia optou por apresentar essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em um único conjunto, lado a lado.

2.2. Demonstração do valor adicionado (“DVA”)

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras, pois não é uma demonstração prevista e nem obrigatória conforme as *IFRSs*.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre ela, as outras receitas e os efeitos da perda estimada para créditos de liquidação duvidosa, quando aplicável), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo dos serviços e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incidentes no momento da aquisição, os efeitos das perdas e a recuperação de valores ativos) e o valor adicionado recebido de terceiros (resultado da equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

2.3. Demonstração dos fluxos de caixa

Foi preparada pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com a Deliberação da Comissão de Valores Mobiliários - CVM nº 641, de 07 de outubro de 2010, que aprovou o pronunciamento técnico CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa.

2.4. Consolidação

As seguintes definições ligadas às políticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas.

(a) Controladas

Controladas são todas as entidades (incluindo as entidades estruturadas) nas quais o Grupo detém o controle. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para o Grupo. A consolidação é interrompida a partir da data em que o Grupo deixa de ter o controle.

Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas do Grupo são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pelo Grupo.

O procedimento de consolidação das contas patrimoniais e de resultado ocorre pela soma dos saldos dos ativos, passivos, receitas e despesas, de acordo com as suas naturezas, ajustados pelas eliminações das transações realizadas entre as empresas consolidadas.

Os principais saldos eliminados na consolidação são as receitas e custos de O&M (operação e manutenção) prestados pela controladora às suas controladas, saldos de contas a receber e pagar entre as empresas consolidadas, saldos de mútuos, saldos de investimentos contabilização por meio de equivalência patrimonial na controladora, e os patrimônios líquidos das controladas.

As práticas contábeis adotadas para controladora e suas subsidiárias são consistentes em todos os exercícios apresentados.

(b) Transações com participações de não controladores

O Grupo trata as transações com participações de não controladores como transações com proprietários de ativos do Grupo. Para as compras de participações de não controladores, a diferença entre qualquer contraprestação paga e a parcela adquirida do valor contábil dos ativos líquidos da controlada é registrada no patrimônio líquido. Os ganhos ou perdas sobre alienações para participações de não controladores também são registrados diretamente no patrimônio líquido, na conta "Ajustes de avaliação patrimonial".

(c) Coligadas e controladas em conjunto

Os investimentos em coligadas são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial e são, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor de custo. O investimento do Grupo em coligadas inclui o ágio identificado na aquisição, líquido de qualquer perda por *impairment* acumulada.

(d) Combinação de negócios

É o método contábil aplicado quando há ocorrência de aquisição de um negócio, conforme definição do CPC 15 Combinação de Negócios. Em uma combinação de negócios é requerido que os ativos identificáveis e passivos assumidos sejam mensurados ao seu valor justo à data da aquisição de controle, e que o preço de compra seja alocado conforme esta mensuração. Os valores justos de ativos excedentes aos valores de livro são classificados como "mais valia" no grupo de investimentos para fins da controladora, enquanto o valor não alocado pela mensuração dos ativos e passivos ao valor justo é classificado como "ágio".

2.5. Moedas funcionais e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional do Grupo e da Companhia e, também, a sua moeda de apresentação. Todas as informações foram apresentadas em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma.

2.6. Apresentações de informações por segmentos

O grupo não elabora informações por segmento, uma vez que atua preponderantemente na geração de energia elétrica por meio de contratos de longo prazo, que representam a totalidade da receita do Grupo nos anos de 2021 e 2020.

2.7. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor.

2.8. Ativos financeiros

Classificação

A administração classifica seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, mensurados ao valor justo por meio do resultado abrangente e mensurados ao custo amortizado. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos.

Os ativos financeiros são apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço.

(a) Mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, com a finalidade de receber fluxos de caixa contratuais e que deem origem em datas especificadas a pagamentos de principal e juros.

(b) Mensurados ao valor justo por meio do resultado abrangente

Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, com a finalidade tanto de receber fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros e também ativos que deem origem em datas especificadas à pagamentos de principal e juros.

(c) Custo amortizado

Os ativos cujo principal objetivo da Companhia é colher os fluxos de caixa contratuais, os quais representam somente o pagamento de principal e juros, e passivos financeiros que são mensurados pelo custo amortizado com base no método da taxa efetiva de juros. Atualização monetária, juros e variação cambial, deduzidos de perdas ao valor recuperável (quando aplicável), são reconhecidos no resultado como receitas ou despesas financeiras, quando incorridos.

Reconhecimento e mensuração

Os investimentos são inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são reconhecidos pelo valor justo e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado.

O Grupo baixa um ativo financeiro apenas quando os ativos de contrato aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando o Grupo transfere o ativo financeiro e substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo para outra entidade. Se o Grupo não transfere ou retém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade e continua a controlar o ativo transferido, o Grupo reconhece sua parcela retida no ativo e um correspondente passivo em relação aos valores que o Grupo pode ter que pagar. Se o Grupo retém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade de um ativo transferido, o Grupo continua a reconhecer o ativo financeiro e reconhece ainda um empréstimo garantido em relação aos recursos recebidos.

Na baixa de um ativo financeiro mensurado ao custo amortizado, a diferença entre o valor contábil do ativo e a soma da contraprestação recebida e a receber é reconhecida no resultado. Adicionalmente, na baixa de um investimento em um instrumento da dívida classificado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, o ganho ou a perda acumulada anteriormente acumulada na reserva de reavaliação de investimentos é reclassificado para o resultado. Por outro lado, na baixa de um investimento em um instrumento patrimonial que o Grupo optou no reconhecimento inicial por mensurar ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, o ganho ou perda acumulado anteriormente acumulado na reserva de reavaliação de investimentos não é reclassificado para o resultado, mas é transferido para lucros acumulados.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado no período em que ocorrem. As variações no valor justo de títulos monetários e não monetários classificados como disponíveis para venda são reconhecidas no patrimônio.

As variações decorrentes dos instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado abrangente são apresentadas na demonstração de resultado abrangente do período em que ocorrem.

Os dividendos de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado e de instrumentos de patrimônio líquido disponíveis para venda, como exemplo as ações, são reconhecidos na demonstração do resultado como parte de outras receitas, quando é estabelecido o direito da Companhia de receber dividendos.

Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados entre si e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos sempre que há uma intenção da companhia em liquidá-los numa base líquida, ou realizar ainda o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Impairment de ativos financeiros

(a) Ativos mensurados ao custo amortizado

O Grupo avalia no final de cada exercício do relatório se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda esperada") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

O montante da perda por *impairment* é mensurada como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo ou investimento mantido até o vencimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por *impairment* é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, o Grupo pode mensurar o *impairment* com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável.

Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão dessa perda reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

Em caso de evidência objetiva de *impairment*, o prejuízo acumulado - medido como a diferença entre o custo de aquisição e o valor justo atual, menos qualquer perda por *impairment* sobre o ativo financeiro reconhecido anteriormente no resultado - será retirado do patrimônio e reconhecido na demonstração do resultado. Se, em um período subsequente, o valor justo do instrumento de dívida classificado como disponível para venda aumentar, e o aumento puder ser objetivamente relacionado a um evento que ocorreu após a perda por *impairment* ter sido reconhecida no resultado, a perda por *impairment* é revertida por meio de demonstração do resultado.

Para investimentos em títulos patrimoniais, um significativo ou prolongado declínio no seu valor justo, abaixo do seu custo, é também uma evidência de que esses ativos estão deteriorados. Se qualquer evidência desse tipo existir para os investimentos em títulos patrimoniais, o prejuízo acumulado será retirado do patrimônio e reconhecido na demonstração do resultado. Perdas por *impairment* reconhecidas no resultado do exercício são avaliadas periodicamente conforme estimativa de perdas de crédito para cada ativo financeiro.

2.9. Contas a receber

As contas a receber correspondem aos valores a receber decorrentes de: (i) venda de energia elétrica contratada até a data das demonstrações financeiras; (ii) serviços prestados de consultoria e gerenciamento; (iii) serviços prestados de operação e manutenção operacional (O&M). Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão estimada para créditos de liquidação duvidosa ("PECLD"), se aplicável.

2.10. Demais ativos circulantes e não circulantes

Impostos a recuperar consistem, substancialmente, em créditos decorrentes de Programa de Integração Social (PIS), Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS), Imposto de Renda e Contribuição Social (IRPJ e CSLL), decorrentes da retenção na fonte sobre serviços prestados, fornecimento de energia elétrica e outros, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, as variações monetárias auferidas.

As despesas antecipadas, representadas pelos custos incorridos na contratação de Seguro Operacional e Risco Civil, são apropriados *pro rata temporis* ao longo do prazo de cobertura.

As despesas com seguro regulatório são reconhecidas pelo seu valor presente calculado com base no IPCA anual projetado e, assim como as despesas financeiras incorridas, são apropriadas ao longo do prazo de outorga da usina ou do contrato de venda de energia conforme contrato de repactuação do risco hidrológico.

2.11. Imobilizado

O imobilizado é demonstrado ao custo de aquisição ou construção, incluindo os encargos financeiros incorridos na fase de construção das usinas decorrentes do financiamento contratado, deduzido da sua depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear, considerando a vida útil técnica dos ativos imobilizados limitadas ao prazo de concessão ou da autorização para as usinas eólicas e a vida útil estabelecida pelo Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE) para as usinas hídricas, conforme detalhado na nota 3.1.

Ganhos e perdas em alienações são determinados pela comparação dos valores de alienação com o valor contábil e são incluídos no resultado.

Reparos e manutenção são apropriados ao resultado durante o período em que são incorridos. O custo das principais renovações é incluído no valor contábil do ativo no momento em que for provável que os benefícios econômicos futuros que ultrapassem o padrão de desempenho inicialmente avaliado para o ativo existente fluirão para a Companhia e suas empresas controladas. As principais renovações são depreciadas ao longo da vida útil remanescente do ativo relacionado.

2.12. Intangível

(a) Ágio

O ágio (*goodwill*) é representado pela diferença positiva entre o valor pago e/ou a pagar pela aquisição de um negócio e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da controlada adquirida. O ágio de aquisições de controladas é registrado como "Ativo intangível" nas demonstrações financeiras consolidadas. No caso de apuração de deságio, o montante é registrado como ganho no resultado do período, na data da aquisição. O ágio é testado anualmente para verificar alocação de perdas (*impairment*) e contabilizado pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por *impairment*. Perdas por *impairment* reconhecidas sobre ágio não são revertidas. Os ganhos e as perdas da alienação de uma entidade incluem o valor contábil do ágio relacionado com a entidade vendida.

O ágio é alocado a Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) para fins de teste de *impairment*. A alocação é feita para as Unidades Geradoras de Caixa ou para os grupos de Unidades Geradoras de Caixa que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou.

(b) Uso do bem público

Refere-se ao direito de exploração do aproveitamento hidrelétrico e sistema de transmissão contratado decorrente do contrato de concessão. É constituído pelo valor justo do direito relacionado com o uso do bem público (UBP) até o final do contrato de concessão e amortizado pelo correspondente prazo, a partir do início da operação comercial da usina.

2.13. Propriedades para investimento

O saldo apresentado no grupo de “propriedades para investimento” representa o valor justo dos investimentos realizados em terras pela Companhia. Anualmente, a Companhia efetua a avaliação destes valores justos, que são ajustados contra o resultado caso diferenças sejam identificadas em relação à avaliação do ano anterior.

2.14. Contas a pagar aos fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo). Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

2.15. Financiamentos e debêntures

Os financiamentos e debêntures tomados são reconhecidos contabilmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, os financiamentos e debêntures tomados são apresentados pelo custo, líquido dos pagamentos realizados, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (*pro rata temporis*).

Os financiamentos e debêntures são classificados como passivo circulante, a menos que o Grupo tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Os custos de empréstimos e debêntures que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos e debêntures são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

2.16. Concessões a pagar

É registrado inicialmente ao valor justo e subsequentemente mensurados pelo custo amortizado, atualizado pelo IGP-M incorrido até a data do balanço. Os saldos do passivo circulante e não circulante estão reconhecidos ao valor presente, onde se considerou uma taxa de desconto de 9,50%.

2.17. Provisões, ativos e passivos contingentes

Os ativos contingentes não são reconhecidos, porém os passivos contingentes são objeto de divulgação em notas explicativas quando a probabilidade de saída de recursos for possível, inclusive aqueles cujos valores não possam ser estimados.

As provisões são reconhecidas quando existir uma obrigação presente como resultado de um evento passado e seja provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos será necessária para liquidar a obrigação, cujo valor possa ser estimado de maneira confiável.

As provisões para desmobilização de ativos, recuperação ambiental e ações judiciais (trabalhista, civil ou tributária), são reconhecidas quando: (i) o Grupo tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança. As provisões não incluem as perdas operacionais futuras.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

O Grupo é parte em processos judiciais e administrativos envolvendo questões cíveis, fiscais, trabalhistas e ambientais decorrente do curso normal de suas operações, cujas estimativas para determinar os valores das obrigações e a probabilidade de saída de recursos são realizadas pela Statkraft Energias Renováveis S.A., com base em opinião de seus assessores jurídicos, quando necessário, e nos julgamentos da Administração.

2.18. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

Imposto de renda e contribuição social correntes

O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório. As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos correntes e diferidos.

Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

O imposto de renda e a contribuição social correntes são calculados com base no lucro tributável aplicando-se alíquotas vigentes no final do período que está sendo reportado.

O imposto de renda e a contribuição social correntes são apresentados líquidos, por contribuinte, quando existe direito à compensação dos valores reconhecidos e quando há intenção de liquidar em bases líquidas, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(a) Lucro real

O imposto de renda e a contribuição social, geralmente são calculados pelas alíquotas regulares de 15% (acrescida de adicional de 10% para o imposto de renda se ultrapassado o limite tributável) e de 9% para a contribuição social.

(b) Lucro presumido

Conforme facultado pela legislação fiscal vigente, a base de cálculo do imposto de renda é calculada à razão de 8% e a da contribuição social à razão de 12% sobre as receitas brutas (32% quando a receita for proveniente de prestação de serviços) e 100% das demais receitas, inclusive as financeiras, sobre as quais se aplicam as alíquotas regulares do respectivo imposto e contribuição.

A Companhia e sua controlada Statkraft Comercialização de Energia S.A. se enquadram no regime do lucro real, enquanto as demais controladas aplicam o regime do lucro presumido.

Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal.

2.19. Demais passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas.

2.20. Capital Social

A companhia somente possui ações ordinárias, que são classificadas integralmente no patrimônio líquido.

2.21. Lucro por ação

A Companhia calcula o lucro por ação utilizando a média ponderada de ações ordinárias totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado, conforme pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33) - Resultado por Ação.

O resultado básico por ação é calculado pela divisão do lucro do exercício pela média ponderada da quantidade de ações emitidas.

A Companhia não possui instrumentos com efeitos dilutivos, e, portanto, não há diferença entre o resultado básico por ação e o resultado diluído por ação.

2.22. Reconhecimento da receita

(a) Venda de energia elétrica

Estas receitas são reconhecidas quando o controle do bem é transferido para o comprador, que para este caso se refere a disponibilização da energia elétrica gerada no SIN - sistema integrado nacional. Para aquelas usinas hídricas que fazem parte do MRE - Mecanismo de Realocação de Energia - a receita é reconhecida conforme sua garantia física mensal alocada, independente da disponibilização de energia elétrica gerada no SIN. Contudo, caso os participantes do MRE não entreguem o volume de energia elétrica necessária para manutenção da garantia física de cada usina, há a aplicação do GSF (*Generation Scalling Factor*), que reduz a garantia física das usinas, e por consequência suas receitas.

(b) Venda da prestação de serviços de O&M - Operação e Manutenção

São reconhecidas quando ocorre a entrega da prestação de serviços de O&M verificando se os benefícios econômicos derivados desta operação fluirão para entidade. A mensuração ocorre tanto pelo método linear quanto por medição de estágio de execução, a depender da natureza de cada serviço prestado.

2.23. Benefícios a empregados

(a) Participação nos lucros e bônus

O grupo reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em metodologia própria, que leva em conta o resultado obtido no período.

O pagamento de participação nos lucros e bônus constitui a remuneração variável e são embasados no alcance das metas individuais e objetivos empresariais.

2.24. Adoção de pronunciamentos contábeis, orientações e interpretações novos e/ou revisados

- CPC 06 (R2) (IFRS 16) – “Arrendamentos”: Em 28 de maio de 2020, o IASB alterou a norma IFRS 16 estabelecendo medidas práticas para arrendatários na contabilização de concessões de aluguel decorrentes de resultados diretamente relacionados à COVID-19. Tais alterações consideram que o arrendatário opte por não avaliar se a concessão de aluguel relacionada à COVID-19 é uma modificação de arrendamento, reconhecendo os efeitos da concessão de forma apropriada em cada caso. Estas tratativas devem ser aplicadas apenas se todas as condições a seguir forem atendidas:

- a) A mudança nos pagamentos de arrendamento resulta na contraprestação revisada de arrendamento que é substancialmente a mesma que, ou menor que, a contraprestação de arrendamento imediatamente anterior à mudança.
- b) Qualquer redução nos pagamentos de arrendamento afeta apenas os pagamentos originalmente devidos em ou antes de 31 de dezembro de 2021.
- c) Não há nenhuma mudança substantiva nos outros termos e condições do arrendamento.

Até o fechamento do exercício, o Grupo não teve alterações em seus contratos de arrendamentos que refletissem benefícios ou concessões decorrentes do COVID-19 e, portanto, não aplicou as alterações previstas na IFRS 16 (conforme emitidas pelo IASB em maio de 2020).

- CPC 48 (IFRS 9) – “Instrumentos Financeiros”: A norma foi revisada incluindo o termo ‘Reforma da taxa de juros de referência’ que refere-se à uma taxa de juros de referência, reformada em todo o mercado, levando à necessidade de mudança na base de determinação dos fluxos de caixa contratuais que geram os ativos e passivos financeiros ou instrumentos de “hedge”. A remensuração de ativos e passivos financeiros decorrente da alteração da taxa de juros de referência é exigida somente se ambas as condições forem atendidas:

- a) a mudança é necessária como consequência direta da reforma da taxa de juros de referência.
- b) a nova base para determinar os fluxos de caixa contratuais é economicamente equivalente à base anterior (ou seja, a base imediatamente antes da mudança).

O Grupo não identificou alterações em taxas de juros de referência que impactem os fluxos de caixa que geram seus ativos e passivos financeiros até o fechamento do exercício.

- CPC 26 (R1) (IAS 1) – “Apresentação das Demonstrações Contábeis”: As alterações emitidas pelo IASB especificam os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem:
 - a) O que significa um direito de postergar a liquidação;
 - b) Que o direito de postergar deve existir na data-base do relatório;
 - c) Que essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de postergação;
 - d) Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio os termos de um passivo não afetariam sua classificação.

As alterações são válidas para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023 e devem ser aplicadas retrospectivamente. Atualmente, o Grupo avalia o impacto que as alterações terão na prática atual e se os contratos de empréstimo existentes podem exigir renegociação.

- CPC 15 (R1) (IFRS 3) – “Combinação de Negócios” – Referência a estrutura conceitual: A norma foi alterada incluindo uma exceção que especifica que:
 - a) para obrigações dentro do escopo da IAS 37 (CPC 25), o comprador aplica tal norma para determinar se há obrigação presente na data de aquisição em virtude de eventos passados;
 - b) Para um tributo dentro do escopo da IFRIC 21 (ICPC 19) – Tributos, o comprador aplica a IFRIC 21 (ICPC 19) para determinar se o evento que resultou na obrigação de pagar o tributo ocorreu até a data de aquisição;
 - c) É necessária uma declaração explícita de que o comprador não reconhece ativos contingentes adquiridos em uma combinação de negócios.

As alterações são aplicáveis a combinações de negócios cuja data de aquisição ocorra em ou após o início do primeiro período de relatório iniciado em ou após 1º de janeiro de 2022. A adoção antecipada é permitida se a entidade também adotar todas as outras referências atualizadas (publicada em conjunto com a Estrutura Conceitual atualizada) na mesma data ou antes.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre o Grupo.

3. ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS CRÍTICOS

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência da Administração e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

3.1. Estimativas e premissas contábeis críticas

Com base em premissas, o Grupo faz estimativas contábeis das demonstrações financeiras anuais. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que possuem grau elevado de julgamento e complexidade, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos, estão contempladas abaixo.

a) Vida útil do ativo imobilizado

Até setembro de 2019, o Grupo reconhecia a despesa de depreciação com base no método linear, considerando seus custos e seus valores residuais durante a vida útil técnica estimada para cada grupo de ativos imobilizados, limitados ao prazo de autorização/concessão.

A partir de outubro de 2019, o Grupo realizou mudanças nas estimativas de vida útil do ativo imobilizado das usinas hídricas onde a depreciação passou a ser calculada utilizando as taxas de depreciação que representam o valor residual do imobilizado ao fim da concessão, de acordo com as taxas de depreciação do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE), em função do entendimento da Administração da Companhia no sentido de haver direito à indenização dos valores residuais ao final da concessão/autorização. Caso haja alteração no cenário regulatório ou à medida que fatos novos relacionados ao tema ocorram, referidas taxas poderão ser revistas, para refletir a adequada vida útil econômica dos bens integrantes do ativo imobilizado.

Anualmente, o grupo avalia se há indícios de mudança da vida útil técnica esperada para os grupos de ativos, e a cada três anos é formalizado um novo estudo técnico, independentemente da existência de evidências de mudança da expectativa adotada de vida útil.

b) Teste de redução do valor de recuperação dos ativos de longa duração

Existem regras específicas para avaliar o valor recuperável dos ativos de vida longa, especialmente imobilizado. O Grupo realiza, a cada emissão de demonstrações financeiras, ou sempre que houver indicativos, uma análise para determinar se existe evidência de que o montante dos ativos de vida longa não será recuperável. Se tal evidência é identificada, o montante recuperável dos ativos é estimado pelo Grupo.

O montante recuperável de um ativo é determinado pelo maior valor entre:

- (i) seu valor justo menos custos estimados de venda; e (ii) seu valor em uso. O valor em uso é mensurado com base nos fluxos de caixa descontados derivados pelo contínuo uso de um ativo até o fim de sua vida útil. Quando o valor contábil de um ativo excede o seu montante recuperável, o Grupo reconhece uma redução no saldo contábil desses ativos, quando aplicável.

O processo de revisão do valor recuperável de ativos é subjetivo e requer julgamentos significativos por meio da realização de análises.

Os saldos de imobilizado e intangível de longa duração estão nas rubricas “Imobilizado”, “Intangível” e “Propriedades para investimento”.

c) Valor justo de instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros e análise de fluxos de caixa descontados.

O Grupo usa seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço.

d) Custos de desmobilização dos parques eólicos

As principais atividades a serem concluídas no processo de desmontagem são a remoção de: (i) pás; (ii) eixo; (iii) motor; (iv) seções de torre de aço; e (v) painéis elétricos e outros.

Devido à falta de custos históricos de desmobilização no mercado (o segmento eólico no Brasil é bastante novo), bem como da própria empresa, foi necessário considerar os custos dos serviços de instalação para avaliar o custo do desmantelamento de usinas eólicas.

Para o custo de montagem de um parque eólico foi considerado o custo de mobilização de guindaste e mão de obra, além do custo diário para executar o serviço.

e) Provisões para riscos cíveis, tributários e trabalhistas

Estas estimativas são mensuradas com base em avaliação e qualificação dos riscos com probabilidade de perda provável. Estas avaliações são suportadas pelo julgamento dos seus assessores jurídicos e da administração, considerando as jurisprudências e o histórico de eventuais acordos e decisões, bem como outros aspectos aplicáveis.

f) Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízos fiscais

Os ativos diferidos de imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízos fiscais são reconhecidos com base na expectativa de lucro futuro das companhias que geram tais prejuízos. As expectativas são realizadas pela Administração, e os tributos diferidos desta natureza recuperáveis em até 10 anos são reconhecidos.

g) Alocação de preço de compra advindo de combinações de negócios

Em uma transação de combinação de negócios é requerido que os ativos e passivos dos negócios adquiridos sejam registrados pelo seu valor justo. Para alguns ativos e passivos, é necessário fazer o uso de técnicas de mensuração que envolvem o uso de julgamento e estimativas. As técnicas utilizadas e ajustes a valor justo são apresentados em nota explicativa específica quando uma combinação de negócios é realizada.

4. GESTÃO DE CAPITAL

Os objetivos do Grupo ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade das empresas para oferecer retorno aos seus acionistas e outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal, adequada para tal fim.

As relações dívida líquida / patrimônio líquido podem ser verificadas conforme seguem:

	Controladora	
	31.12.2021	31.12.2020
Total dos financiamentos	558.813	634.448
(-) caixa e equivalentes de caixa	(108.418)	(174.942)
Dívida líquida	<u>450.395</u>	<u>459.506</u>
Total do patrimônio líquido	<u>2.067.831</u>	<u>1.321.095</u>
Dívida líquida / patrimônio líquido - %	<u>21,78</u>	<u>34,78</u>

	Consolidado	
	31.12.2021	31.12.2020
Total dos financiamentos	970.974	634.448
(-) caixa e equivalentes de caixa	(186.403)	(235.645)
(-) aplicação financeira restrita	(14.842)	-
Dívida líquida	<u>769.729</u>	<u>398.803</u>
Total do patrimônio líquido	<u>2.067.838</u>	<u>1.321.102</u>
Dívida líquida / patrimônio líquido - %	<u>37,22</u>	<u>30,19</u>

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
Contas bancárias em moeda funcional	473	3.621	819	6.278
Aplicações financeiras com liquidez imediata	107.945	171.321	185.584	229.367
	<u>108.418</u>	<u>174.942</u>	<u>186.403</u>	<u>235.645</u>

As aplicações financeiras estão representadas por Certificados de Depósito Bancário - CDBs e Operações Compromissadas, com rentabilidade referenciada no CDI em condições competitivas de mercado, emitidos por instituições financeiras no Brasil. Estas aplicações financeiras podem ser resgatadas a qualquer momento sem quaisquer restrições.

6. CONTAS A RECEBER

		Controladora		Consolidado	
		31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
Fornecimento de energia elétrica	(i)	23.404	24.542	54.097	47.415
Saldo de mercado de curto prazo	(ii)	1.986	-	4.032	2.284
Geração excedente aos contratos CER	(iii)	-	-	19.263	13.358
Contas a receber partes relacionadas	(iv)	19.222	8.753	1.958	1.223
Total		<u>44.612</u>	<u>33.295</u>	<u>79.350</u>	<u>64.280</u>
Ativo circulante		44.612	33.295	61.926	54.730
Ativo não circulante		-	-	17.424	9.550

(i) Saldo de recebíveis de clientes pelo fornecimento de energia elétrica em contratos firmados no âmbito do Programa de Incentivo às Fontes alternativas de Energia Elétrica - PROINFA, da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE e outros terceiros, com prazo médio de vencimento de 35 dias.

(ii) Saldo de recebíveis de fornecimento de energia elétrica liquidado no mercado de curto prazo.

- (iii) Saldo mantido no ativo não circulante referente ao excedente de geração de energia entre 100% e 130% ao montante contratado pelo Contrato de Energia de Reserva - CER mantido com a CCEE nas subsidiárias que compõem os parques eólicos em operação do Grupo Statkraft, que é recebido ao final da apuração de cada quadriênio, quando os saldos são transferidos gradativamente para o curto prazo, conforme expectativa de realização de caixa e atualizados pelo índice IPCA. Já a geração acima de 130% é classificada no curto prazo, conforme expectativa de realização nos próximos 12 meses.
- (iv) Saldos de contas a receber com partes relacionadas referente a venda de energia e saldos a receber decorrente de redução de capital, serviço de administração do proprietário e serviços de O&M (operação e manutenção) das controladas e controlada em conjunto com vencimento médio de 28 dias.

7. REPACTUAÇÃO DO RISCO HIDROLÓGICO (CONTROLADORA E CONSOLIDADO)

Por conta do período de hidrologia adverso de 2015, em 11 de dezembro de 2015 a ANEEL publicou a Resolução Normativa nº 684, que estabelece os critérios para anuência e demais condições para repactuação do risco hidrológico de geração hidrelétrica por agentes participantes do Mecanismo de Realocação de Energia - MRE. Em 17 de Dezembro de 2015, o Conselho de Administração da Companhia decidiu pela adesão à proposta para as PCHs Esmeralda, Santa Laura e Santa Rosa II, todas contratadas no âmbito do PROINFA. A classe de produto optado foi o SP100 que transfere 100% do risco hidrológico à distribuidora.

As usinas PCH Jucu, PCH Rio Bonito, PCH São João e PCH Francisco Gros também aderiram às condições de repactuação do risco hidrológico protegendo-se de 94% e 92% respectivamente da exposição ao risco do GSF. Os saldos que representam essa repactuação podem ser assim apresentados:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
Ativo circulante	778	709	970	884
Ativo não circulante	1.003	1.780	2.698	3.668
	<u>1.781</u>	<u>2.489</u>	<u>3.668</u>	<u>4.552</u>

Em 08 de setembro de 2020, foi aprovada a Lei 14.052 que regulamenta novas condições de repactuação do risco hidrológico para o ressarcimento às usinas integrantes do Mecanismo de Realocação de Energia - MRE, por meio de extensão de outorga decorrente dos impactos ocasionados pela Geração Térmica Fora da Ordem de Mérito – GFOM, dentre outros fatores conforme mencionado na nota explicativa nº 1.4. Em consonância com a aprovação pelo Conselho de Administração da Companhia realizada, as usinas detentoras de concessão de geração de energia hidrelétrica do Grupo aderiram à repactuação do risco hidrológico que trata a lei 14.052/2020. Desta forma, foi reconhecido o ativo intangível correspondente ao direito de extensão da concessão, em contrapartida da rubrica de custos operacionais (Repactuação do risco hidrológico), na demonstração do resultado, conforme valores demonstrados no quadro abaixo:

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
PCH Alegre	1.036	1.036
PCH Fruteiras	2.131	2.131
PCH Jucu	1.233	1.233
UHE Monel	33.393	33.393
PCH Rio Bonito	4.488	4.488
PCH São João	6.466	6.466
UHE Suíça	16.623	16.623
PCH Viçosa	1.250	1.250
PCH Santa Rosa	-	8.003
PCH Santa Laura	-	3.537
PCH Moinho	-	5.074
PCH Esmeralda	-	5.360
PCH Francisco Gros	-	7.772
	<u>66.618</u>	<u>96.364</u>

Foram constituídos imposto de renda e contribuição social diferidos passivos no montante de R\$22.650 para as usinas pertencentes à forma de tributação do lucro real, em virtude da diferença temporária estabelecida, conforme demonstrado na nota explicativa nº 26 (b). Adicionalmente, a controlada em conjunto Passos Maia reconheceu o montante de R\$10.439 nas mesmas tratativas, impactando, portanto, o resultado da Companhia por meio da equivalência patrimonial deste investimento.

8. OPERAÇÕES DESCONTINUADAS

O Grupo Statkraft não possui como “core business” a prestação de serviços a terceiros, sendo o foco deste apenas geração de energia elétrica por meio de fontes renováveis. Neste sentido, a Companhia entendeu por bem realizar a cessão dos contratos de Operação e Manutenção da subsidiária Enex a terceiros (sob anuência de seus clientes), a fim de que as atividades de operação e manutenção passassem a ser realizadas exclusivamente para as usinas deste Grupo Econômico. Desta forma, após processo seletivo, foi firmado em 20 de dezembro de 2016 contrato com empresa do setor, contemplando a: (i) transferência de contratos de O&M firmados com terceiros; (ii) a transferência de empregados da Companhia para a cessionária; e (iii) a venda dos bens e equipamentos alocados nas usinas para a prestação de serviços à terceiros, passando a Enex a não mais deter qualquer relação comercial com terceiros.

Em 15 de dezembro de 2021, a subsidiária Enex foi incorporada à Companhia conforme laudo de avaliação de empresa independente com data base de 30 de novembro de 2021. O patrimônio líquido da Enex na data da incorporação com base no valor contábil representava o montante de R\$1.813. Os ativos e passivos líquidos avaliados estão apresentados como segue:

ATIVO

Caixa e equivalentes de caixa	452
Tributos a recuperar	2.302
Depósitos judiciais	1.901
Ativo total	<u>4.655</u>

PASSIVO

Fornecedores	10
Partes relacionadas	300
Salários e encargos sociais	8
Provisões para riscos cíveis, trabalhistas e tributários	2.521
Outros passivos	3
Passivo total	<u>2.842</u>

Total de ativos incorporados e passivos assumidos	<u>1.813</u>
---	--------------

As análises do resultado de operações descontinuadas, representadas unicamente pelos resultados da subsidiária Enex O&M de Sistemas Elétricos Ltda. até a data da incorporação pela Companhia, são apresentadas a seguir:

	<u>31.12.2021</u>	<u>31.12.2020</u>
Despesas gerais e administrativas	(399)	(214)
Provisões e condenações judiciais	240	43
Resultado financeiro	(19)	(10)
Lucro (Prejuízo) do exercício	<u>(178)</u>	<u>(181)</u>

Em 31 de dezembro de 2020 o saldo de valor justo destas operações está apresentado no balanço patrimonial na rubrica “Operações descontinuadas” no valor de R\$1.992.

9. APLICAÇÃO FINANCEIRA RESTRITA

Por força dos contratos de financiamentos firmados com o Banco do Nordeste do Brasil S.A. (“BNB”) para o custeio das obras das usinas eólicas das controladas pertencentes ao projeto Ventos de Santa Eugênia (vide nota explicativa nº 1.2), tais empresas devem manter saldos em conta corrente remunerada, ou de aplicação financeira, denominada “conta reserva”, que visam assegurar o pagamento dos serviços de dívida com o banco. As aplicações financeiras restritas são constituídas prévia e proporcionalmente a cada desembolso, mantido por todo o prazo do financiamento e possuem rentabilidade referenciada no CDI. As movimentações das aplicações financeiras restritas do ativo não circulante podem ser assim demonstradas:

	Consolidado	
	31.12.2021	31.12.2020
No início do exercício	-	43.818
Aplicação	14.554	-
Rendimentos líquidos de impostos	288	281
Resgates	-	(44.099)
No final do exercício	14.842	-

10. PARTES RELACIONADAS

As operações são prestadas em condições específicas acordadas entre as partes. Os saldos patrimoniais são assim demonstrados:

		Controladora		Consolidado	
		31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
<u>Ativo circulante</u>					
Contas a receber:					
Energen Energias Renováveis S.A.	(i)	43	287	-	-
Enex O&M de Sistemas Elétricos Ltda.	(i)	-	300	-	300
Esmeralda S.A.	(i)	2.039	207	-	-
Macaúbas Energética S.A.	(i)	3.017	904	-	-
Moinho S.A.	(i)	2.651	824	-	-
Novo Horizonte Energética S.A.	(i)	347	599	-	-
Oslo I S.A.	(i)	-	306	-	-
Oslo II S.A.	(i)	-	247	-	-
Oslo III S.A.	(i)	3.968	804	-	-
Oslo IV S.A.	(i)	-	266	-	-
Oslo V S.A.	(i)	-	234	-	-
Oslo VI S.A.	(i)	1	194	-	-
Oslo VII S.A.	(i)	62	62	-	-
Oslo VIII S.A.	(i)	-	186	-	-
Oslo IX S.A.	(i)	-	183	-	-
Oslo X S.A.	(i)	-	243	-	-
Passos Maia Energética S.A.	(i)	1.290	173	1.406	172
Santa Laura S.A.	(i)	2.041	224	-	-
Santa Rosa S.A.	(i)	2.042	253	-	-
Seabra Energética S.A.	(i)	78	590	-	-
Santa Fé Energia S.A.	(i)	77	327	-	-

		Controladora		Consolidado	
		31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
<u>Ativo circulante</u>					
Contas a receber:					
Serra da Mangabeira S.A.	(i)	-	158	-	-
Ventos de Santa Eugênia S.A.	(i)	228	228	-	-
Ventos de São Vitorino S.A.	(i)	786	203	-	-
Statkraft Investimentos Ltda	(ii)	9	40	9	40
Statkraft Energia do Brasil Ltda.	(ix)	333	351	333	351
Statkraft AS	(ii)	-	168	-	168
NSL Tidong Power Generation	(ii)	15	13	15	13
Statkraft Chile Inversiones Electricas Ltda	(ii)	195	179	195	179
		<u>19.222</u>	<u>8.753</u>	<u>1.958</u>	<u>1.223</u>
Dividendos a receber:					
Esmeralda S.A.		8.784	5.321	-	-
Macaúbas Energética S.A.		2.340	669	-	-
Moinho S.A.		5.663	473	-	-
Novo Horizonte Energética S.A.		3.346	1.569	-	-
Passos Maia Energética S.A.		2.982	3.604	2.982	3.604
Seabra Energética S.A.		3.348	1.508	-	-
Santa Laura S.A.		5.494	3.200	-	-
Santa Rosa S.A.		12.674	7.436	-	-
Santa Fé Energia S.A.		7.685	5.459	-	-
Statkraft Comercialização de Energia S.A.		6	-	-	-
		<u>52.322</u>	<u>29.239</u>	<u>2.982</u>	<u>3.604</u>
<u>Ativo não circulante</u>					
Mútuos:					
Energen Energias Renováveis S.A.	(iii)	-	180	-	-
Água Quente Ltda.	(iv)	6.029	5.027	6.029	5.027
Bom Retiro S.A.	(iv)	3.989	3.622	3.989	3.622
Provisão para perdas estimadas com créditos	(v)	(10.018)	(8.649)	(10.018)	(8.649)
		-	180	-	-
Total do Ativo		<u>71.544</u>	<u>38.172</u>	<u>4.940</u>	<u>4.827</u>

		Controladora		Consolidado	
		31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
Passivo circulante					
Partes relacionadas:					
Statkraft AS	(vi)	485	214	1.428	1.251
Macaúbas Energética S.A.	(vi)	13	5	-	-
Statkraft Energia do Brasil Ltda.	(ix)	3.483	2.851	3.483	2.851
Statkraft investimentos Ltda.	(vii)	56.464	54.870	56.464	54.870
Passos Maia Energética S.A.	(viii)	7	-	34	-
Santa Rosa S.A.	(viii)	1	-	-	-
Santa Laura S.A.	(viii)	1	-	-	-
Esmeralda S.A.	(viii)	(6)	-	-	-
		<u>60.448</u>	<u>57.940</u>	<u>61.409</u>	<u>58.972</u>
Dividendos a pagar:					
Statkraft investimentos Ltda.		7.092	2.298	7.092	2.298
FUNCEF		<u>1.630</u>	<u>528</u>	<u>1.630</u>	<u>528</u>
Total dividendos a pagar		<u>8.722</u>	<u>2.826</u>	<u>8.722</u>	<u>2.826</u>
Total do Passivo		<u>69.170</u>	<u>60.766</u>	<u>70.131</u>	<u>61.798</u>

- (i) Saldos a receber pela prestação de serviços compartilhados e serviços de O&M (operação e manutenção) entre controladora e suas investidas no Brasil.
- (ii) Saldos a receber de partes relacionadas no Brasil e no exterior.
- (iii) Saldo a receber de venda de créditos tributários pela controladora às suas subsidiárias conforme previsão do Programa de Regularização Tributária.
- (iv) Saldo de mútuos mantidos com as partes relacionadas Água Quente e Bom Retiro, com prazo indeterminado e juros vinculados aos índices de IPCA e IGPM, respectivamente.
- (v) Provisão para perda ao valor recuperável de saldos de mútuos com as partes relacionadas Água Quente e Bom Retiro.
- (vi) Saldos a pagar referente serviços tomados de partes relacionadas no exterior.
- (vii) Saldo de mútuo devido pela Companhia à acionista Statkraft Investimentos Ltda., conforme aprovado em reunião prévia de acionistas na data 2 de agosto de 2017, com prazo indeterminado e juros remuneratórios vinculados ao CDI. A liquidação deste mútuo está sendo avaliada pelos acionistas representantes dessas companhias. Adicionalmente, este saldo contempla valores a pagar relacionados a garantias financeiras tomadas.
- (viii) Saldo a pagar referente a prestação de serviços compartilhados com partes relacionadas no Brasil.
- (ix) Saldo a pagar referente a operações de compra de energia para “hedge” comercial.

A seguir, as transações ocorridas no resultado do exercício:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
Receita de serviços com partes relacionadas:				
Energen Energias Renováveis S.A.	1.692	1.341	-	-
Esmeralda S.A.	1.160	880	-	-
Macaúbas Energética S.A.	2.879	2.936	-	-
Moinho S.A.	1.033	768	-	-
Novo Horizonte Energética S.A.	2.514	2.549	-	-
Oslo I S.A.	-	196	-	-
Oslo II S.A.	-	138	-	-
Oslo III S.A.	10.709	594	-	-
Oslo IV S.A.	-	156	-	-
Oslo V S.A.	-	124	-	-
Oslo VI S.A.	1	123	-	-
Oslo VII S.A.	-	51	-	-
Oslo VIII S.A.	-	120	-	-
Oslo IX S.A.	-	116	-	-
Oslo X S.A.	-	140	-	-
Passos Maia Energética S.A.	1.021	879	1.021	879
Santa Fé Energia S.A.	2.810	1.868	-	-
Santa Laura S.A.	1.054	784	-	-
Santa Rosa S.A.	1.481	1.059	-	-
Seabra Energética S.A.	2.447	2.542	-	-
Serra da Mangabeira S.A.	-	105	-	-
Ventos de Santa Eugênia S.A.	-	228	-	-
Ventos de São Vitorino S.A.	1.214	203	-	-
Statkraft Investimentos Ltda	117	86	117	86
Statkraft Energia do Brasil Ltda.	142	-	142	-
Statkraft AS	-	86	-	86
NSL Tidong Power Generation	-	4	-	4
Statkraft Chile Inversiones Electricas Ltda	-	177	-	177
	<u>30.304</u>	<u>18.253</u>	<u>1.280</u>	<u>1.232</u>

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
Receita de revenda de mercadorias com partes relacionadas				
Macaúbas Energética S.A.	911	-	-	-
Novo Horizonte Energética S.A.	591	-	-	-
Seabra Energética S.A.	425	-	-	-
	<u>1.927</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
Receita na venda de energia elétrica:				
Statkraft Energia do Brasil Ltda.	23.106	6.665	23.106	6.665
Moinho S.A.	246	284	-	-
	<u>23.352</u>	<u>6.949</u>	<u>23.106</u>	<u>6.665</u>

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
Custo na compra de energia elétrica:				
Statkraft Energia do Brasil Ltda.	(85.957)	(13.962)	(85.957)	(13.962)
	<u>(85.957)</u>	<u>(13.962)</u>	<u>(85.957)</u>	<u>(13.962)</u>

As transações acima referem-se a receitas de O&M, compartilhamento de custos, revenda de materiais de estoque e compra e venda de energia para “hedge” comercial. As receitas de O&M são reconhecidas no grupo de receita líquida na controladora e a recuperação dos custos compartilhados é reconhecida como redutora no grupo de despesas gerais e administrativas.

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
Despesas com prestação de serviços:				
Esmeralda S.A.	(53)	-	-	-
Santa Rosa S.A.	(17)	(12)	-	-
Statkraft AS	(377)	(263)	(377)	(263)
Statkraft Sverige AB	-	2	-	2
	(127)	-	(127)	-
Macaúbas Energética S.A.	(274)	(5)	-	-
Passos Maia Energética S.A.	(5)	-	-	-
	<u>(853)</u>	<u>(278)</u>	<u>(504)</u>	<u>(261)</u>

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020

Receitas financeiras

Com garantias financeiras:

Moinho S.A.	-	15	-	-
	<u>-</u>	<u>15</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

Despesas financeiras

Com garantias financeiras:

Statkraft Investimentos Ltda.	-	(8)	-	(8)
-------------------------------	---	-----	---	-----

Com mútuos:

Statkraft Investimentos Ltda.	(987)	(217)	(987)	(217)
	<u>(987)</u>	<u>(225)</u>	<u>(987)</u>	<u>(225)</u>

10.1. Remuneração do pessoal-chave da Administração

A remuneração do pessoal-chave da Administração, que inclui os conselheiros e diretores estatutários, totalizou R\$9.178 no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, e R\$9.246 no exercício findo em 31 de dezembro de 2020, correspondendo a benefícios de curto prazo e encargos previdenciários. A Companhia não possui pessoal-chave que não seja estatutário, e também não possui planos de remuneração pós-emprego, de rescisão, ou baseada em ação ou outros benefícios de longo prazo.

11. INVESTIMENTOS AO VALOR JUSTO

Os respectivos investimentos abaixo estão relacionados a entidades sobre as quais a Companhia não possui influência significativa nos seus respectivos negócios e são reconhecidos a valor justo:

<u>Outras participações</u>	<u>Participação %</u>	<u>31.12.2021</u>	<u>31.12.2020</u>
Companhia Energética Rio das Antas - CERAN	5,00	75.804	35.282
Dona Francisca Energética S.A. - DFESA	2,12	8.630	5.194
		<u>84.434</u>	<u>40.476</u>

A Companhia também possui 20% de participação na Usina Hidrelétrica Cubatão S.A. que também é mensurada ao valor justo. A empresa constituída para este investimento encontra-se atualmente em fase de encerramento pelos acionistas tendo seu projeto de desenvolvimento devolvido para ANEEL. Os valores justos mensurados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 são zero.

Nos anos de 2021 e 2020 foram recebidos dividendos no montante de R\$891 e R\$5.026 respectivamente, reconhecidos no resultado do período. A movimentação dos investimentos ao valor justo é assim demonstrada:

	<u>Controladora e Consolidado</u>
Em 1 de janeiro de 2020	60.827
Ajuste de avaliação patrimonial (*)	<u>(20.351)</u>
Em 31 de dezembro de 2020	40.476
Ajuste de avaliação patrimonial (*)	<u>43.958</u>
Em 31 de dezembro de 2021	<u>84.434</u>

(*) A movimentação do ajuste de avaliação patrimonial apresentada nesta nota explicativa está bruta dos tributos diferidos, sendo o montante líquido, em 31 de dezembro de 2021, R\$29.012 positivo (em 31 de dezembro de 2020, R\$13.432 negativo).

12. INVESTIMENTOS

A composição e movimentação dos investimentos em empresas controladas e controladas em conjunto são assim demonstradas:

	31.12.2020	Resultado de equivalência patrimonial						Adiantamento para futuro aumento de capital	Outras movimentações em Investimentos (ii)	31.12.2021
		Resultado do exercício	Amortização de juros capitalizados e lucros não realizados (i)	Amortização de mais valia de ativos	Aporte de capital	Redução de capital	Dividendos destinados			
Passos Maia Energética S.A. (controlada em conjunto)	48.714	12.555	-	-	-	(2.500)	(11.877)	-	-	46.892
Total consolidado	48.714	12.555	-	-	-	(2.500)	(11.877)	-	-	46.892
Passos Maia Energética S.A. (controlada em conjunto)	52.255	12.555	-	-	-	(2.500)	(11.878)	-	-	50.432
Energen Energias Renováveis S.A.	105.011	(3.778)	(57)	-	-	-	-	-	-	101.176
Esmeralda S.A.	38.403	35.134	12	-	-	(7.000)	(26.563)	-	-	39.986
Macaúbas Energética S.A.	101.440	9.851	(60)	-	-	(15.000)	(4.371)	-	-	91.860
Moinho S.A.	71.632	23.846	43	-	-	(14.000)	(7.090)	-	-	74.431
Morro do Cruzeiro I S.A.	-	(6)	-	-	20	-	-	41.543	-	41.557
Morro do Cruzeiro II S.A.	-	(5)	-	-	20	-	-	31.333	-	31.348
Novo Horizonte Energética S.A.	86.567	14.088	(68)	-	-	(8.000)	(8.077)	-	-	84.510
Oslo I S.A.	71.282	(926)	-	-	2.163	-	-	51.432	650	124.601
Oslo II S.A.	39.677	(351)	-	-	1.706	-	-	16.132	361	57.525
Oslo III S.A.	117.625	(1.841)	-	-	720	-	-	18.824	1.011	136.339
Oslo IV S.A.	7.367	(1.407)	-	-	4.691	-	-	79.411	794	90.857
Oslo V S.A.	7.364	(1.596)	-	-	5.956	-	-	69.259	794	81.777
Oslo VI S.A.	4.050	(777)	-	-	7.483	-	-	42.032	433	53.221
Oslo VII S.A.	48	(50)	-	-	-	-	-	-	-	(2)
Oslo VIII S.A.	28.616	(833)	-	-	6.225	-	-	12.646	361	47.015
Oslo IX S.A.	5.571	(1.270)	-	-	6.750	-	-	49.956	578	61.584
Oslo X S.A.	5.428	(930)	-	-	5.918	-	-	54.759	578	65.753
Oslo XI S.A.	-	-	-	-	20	-	-	-	-	20
Oslo XII S.A.	-	-	-	-	20	-	-	-	-	20
Oslo XIII S.A.	-	-	-	-	20	-	-	-	-	20
Oslo XIV S.A.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Santa Fé Energia S.A.	287.944	32.359	-	(11.179)	-	-	(31.227)	-	(9.159)	268.738
Santa Laura S.A.	38.264	21.976	16	-	-	(8.000)	(15.094)	-	-	37.162
Santa Rosa S.A.	81.297	50.998	80	-	-	(10.000)	(37.138)	-	-	85.237
Seabra Energética S.A.	86.113	14.095	(51)	-	-	(8.000)	(7.940)	-	-	84.217
Serra da Mangabeira S.A.	9.460	(1.686)	-	-	6.433	-	-	70.669	1.011	85.887
Statkraft Comercialização de Energia S.A.	-	23	-	-	2.000	-	(6)	-	-	2.017
Ventos de Santa Eugênia Energias Renováveis S.A.	109	(84)	-	-	-	-	-	-	-	25
Ventos de São Vitorino Energias Renováveis S.A.	-	(3.407)	-	-	670	-	-	2.131	606	-
Total controladora	1.245.523	195.978	(85)	(11.179)	50.815	(72.500)	(149.384)	540.127	(1.982)	1.797.313

(i) Amortização de serviços e juros capitalizados durante o período de implantação das subsidiárias, realizada conforme vida útil dos ativos.

(ii) Reclassificação das variações que compõem o patrimônio líquido negativo apurado para o período da controlada Ventos de São Vitorino; juros capitalizáveis sobre empréstimos tomados para o projeto Ventos de Santa Eugênia no montante de R\$6.572 e impairment de goodwill da investida Santa Fé no montante de (R\$9.159).

	Resultado de equivalência patrimonial									31.12.2020
	31.12.2019	Resultado do exercício	Amortização de juros capitalizados e lucros não realizados (i)	Amortização de mais valia de ativos	Aporte de capital	Redução de capital	Dividendos destinados	Incorporação de investida (iii)	Outras movimentações em Investimentos (ii)	
Passos Maia Energética S.A. (controlada em conjunto)	27.198	15.177	-	-	20.000	(6.000)	(7.661)	-	-	48.714
Total consolidado	27.198	15.177	-	-	20.000	(6.000)	(7.661)	-	-	48.714
Passos Maia Energética S.A. (controlada em conjunto)	30.739	15.177	-	-	20.000	(6.000)	(7.661)	-	-	52.255
Energen Energias Renováveis S.A.	106.608	(1.540)	(57)	-	-	-	-	-	-	105.011
Esmeralda S.A.	41.620	21.283	12	-	-	-	(24.512)	-	-	38.403
Macaúbas Energética S.A.	58.766	2.819	(60)	-	57.000	(5.000)	(12.085)	-	-	101.440
Moinho S.A.	46.373	1.990	42	-	28.000	-	(4.773)	-	-	71.632
Monel Monjolinho Energética S.A.	103.990	11.503	61	-	71.000	-	(4.865)	(181.689)	-	-
Novo Horizonte Energética S.A.	48.242	6.607	(68)	-	49.500	(10.000)	(7.714)	-	-	86.567
Oslo I S.A.	20	(1.473)	-	-	72.185	-	-	-	550	71.282
Oslo II S.A.	20	(1.370)	-	-	40.691	-	-	-	336	39.677
Oslo III S.A.	20	(2.654)	-	-	114.596	-	-	-	5.663	117.625
Oslo IV S.A.	20	(1.665)	-	-	8.443	-	-	-	569	7.367
Oslo V S.A.	20	(1.682)	-	-	8.332	-	-	-	694	7.364
Oslo VI S.A.	20	(1.144)	-	-	4.801	-	-	-	373	4.050
Oslo VII S.A.	20	(97)	-	-	75	-	-	-	50	48
Oslo VIII S.A.	20	(951)	-	-	29.262	-	-	-	285	28.616
Oslo IX S.A.	20	(1.014)	-	-	6.152	-	-	-	413	5.571
Oslo X S.A.	20	(1.254)	-	-	6.272	-	-	-	390	5.428
Santa Fé Energia S.A.	292.426	22.982	-	(11.179)	-	-	(16.285)	-	-	287.944
Santa Laura S.A.	37.754	13.474	16	-	-	-	(12.980)	-	-	38.264
Santa Rosa S.A.	82.315	31.308	80	-	-	-	(32.406)	-	-	81.297
Seabra Energética S.A.	48.712	6.348	(51)	-	49.500	(10.000)	(8.396)	-	-	86.113
Serra da Mangabeira S.A.	-	(2.780)	-	-	10.463	-	-	-	1.777	9.460
Ventos de Santa Eugênia Energias Renováveis S.A.	303	(309)	-	-	65	-	-	-	50	109
Ventos de São Vitorino Energias Renováveis S.A.	-	(484)	-	-	435	-	-	-	49	-
Total controladora	898.048	115.074	(25)	(11.179)	576.772	(31.000)	(131.677)	(181.689)	11.199	1.245.523

(i) Amortização de serviços e juros capitalizados durante o período de implantação das subsidiárias, realizada conforme vida útil dos ativos.

(ii) Adiantamento para futuro aumento de capital destinado a investidas no montante de R\$11.625 no período e reclassificação das variações que compõem o patrimônio líquido negativo apurado para o período da controlada Ventos de São Vitorino no montante de (R\$426).

(iii) Saldo referente ao patrimônio líquido da investida Monel líquido de lucros não realizados conforme incorporação ocorrida em 04 de setembro de 2020 (nota explicativa nº 11.1).

As principais informações das participações societárias mantidas estão resumidas a seguir:

31 de dezembro de 2021	Participação no capital social - %	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Lucro líquido (prejuízo) do período	Amortização de mais valia de ativos	Equivalência patrimonial ajustada com os lucros realizados dos ativos
Empresas controladas							
Energen Energias Renováveis S.A.	99,99	107.844	7.988	103.643	(3.778)	-	(3.836)
Esmeralda S.A.	100	52.296	3.453	13.705	35.138	-	35.146
Macaúbas Energética S.A.	100	102.621	9.787	82.983	9.851	-	9.791
Moinho S.A.	100	85.546	4.824	56.876	23.846	-	23.889
Novo Horizonte Energética S.A.	100	91.661	5.362	72.211	14.088	-	14.020
Oslo I S.A.	100	195.855	71.903	124.877	(926)	-	(926)
Oslo II S.A.	100	109.923	50.359	59.915	(351)	-	(351)
Oslo III S.A.	100	259.437	124.009	137.269	(1.841)	-	(1.841)
Oslo IV S.A.	100	152.662	58.196	95.874	(1.407)	-	(1.407)
Oslo V S.A.	100	132.214	51.231	82.579	(1.596)	-	(1.596)
Oslo VI S.A.	100	67.957	20.765	47.970	(777)	-	(777)
Oslo VII S.A.	100	60	63	47	(50)	-	(50)
Oslo VIII S.A.	100	72.964	26.308	47.489	(833)	-	(833)
Oslo IX S.A.	100	91.523	30.517	62.276	(1.270)	-	(1.270)
Oslo X S.A.	100	100.181	35.007	66.105	(930)	-	(930)
Santa Fé Energia S.A.	100	149.567	1.260	115.947	32.359	(11.179)	21.180
Santa Laura S.A.	100	45.952	3.183	20.793	21.976	-	21.992
Santa Rosa S.A.	100	102.019	3.235	47.786	50.998	-	51.078
Seabra Energética S.A.	100	90.937	4.533	72.309	14.095	-	14.044
Serra da Mangabeira S.A.	100	149.201	64.328	86.559	(1.686)	-	(1.686)
Statkraft Comercialização de Energia S.A.	100	1.327	304	1.000	23	-	23
Ventos de Santa Eugênia Energias Renováveis S.A.	100	328	303	109	(84)	-	(84)
Ventos de São Vitorino Energias Renováveis S.A.	100	143	1.475	2.075	(3.407)	-	(3.407)
Oslo XI S.A.	100	20	-	20	(0)	-	-
Oslo XII S.A.	100	20	-	20	(0)	-	-
Oslo XIII S.A.	100	20	-	20	(0)	-	-
Oslo XIV S.A.	100	20	-	20	(0)	-	-
Morro do Cruzeiro I S.A.	100	42.474	917	41.563	(6)	-	(6)
Morro do Cruzeiro II S.A.	100	32.063	714	31.353	(5)	-	(5)
Participação nos lucros de controladas							172.159

31 de dezembro de 2021	Participação no capital social - %	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Lucro líquido (prejuízo) do período	Amortização de mais valia de ativos	Equivalência patrimonial ajustada com os lucros realizados dos ativos
Empresa controlada em conjunto							
Passos Maia Energética S.A.	50	105.602	5.855	74.637	25.110	-	12.555
Participação nos lucros de coligadas							12.555
Participação total nos lucros de coligadas e controladas							184.714

31 de dezembro de 2020	Participação no capital social - %	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Lucro líquido (prejuízo) do exercício	Amortização de mais valia de ativos	Equivalência patrimonial ajustada com os lucros realizados dos ativos
Empresas controladas							
Energen Energias Renováveis S.A.	99,99	109.012	5.369	105.183	(1.540)	-	(1.598)
Esmeralda S.A.	100	45.948	2.144	22.520	21.285	-	21.295
Macaúbas Energética S.A.	100	106.105	5.422	97.865	2.819	-	2.759
Moinho S.A.	100	98.346	25.571	70.786	1.990	-	2.032
Monel Monjolinho Energética S.A.	100	-	-	-	-	-	11.565
Novo Horizonte Energética S.A.	100	91.388	4.877	79.904	6.607	-	6.539
Oslo I S.A.	100	72.513	1.230	72.755	(1.473)	-	(1.473)
Oslo II S.A.	100	40.500	823	41.047	(1.370)	-	(1.370)
Oslo III S.A.	100	118.828	1.203	120.279	(2.654)	-	(2.654)
Oslo IV S.A.	100	8.825	1.458	9.032	(1.665)	-	(1.665)
Oslo V S.A.	100	8.757	1.393	9.046	(1.682)	-	(1.682)
Oslo VI S.A.	100	4.874	824	5.194	(1.144)	-	(1.144)
Oslo VII S.A.	100	110	63	145	(97)	-	(97)
Oslo VIII S.A.	100	29.308	692	29.567	(951)	-	(951)
Oslo IX S.A.	100	6.559	988	6.585	(1.014)	-	(1.014)
Oslo X S.A.	100	6.524	1.096	6.682	(1.254)	-	(1.254)
Santa Fé Energia S.A.	100	146.835	1.889	121.964	22.982	(11.179)	11.803
Santa Laura S.A.	100	44.548	2.954	28.119	13.474	-	13.490
Santa Rosa S.A.	100	91.161	1.475	58.378	31.308	-	31.388
Seabra Energética S.A.	100	91.029	4.620	80.061	6.348	-	6.297
Serra da Mangabeira S.A.	100	11.104	1.648	12.236	(2.780)	-	(2.780)
Ventos de Santa Eugênia Energias Renováveis S.A.	100	337	228	418	(309)	-	(309)
Ventos de São Vitorino Energias Renováveis S.A.	100	165	591	59	(484)	-	(484)

31 de dezembro de 2020	Participação no capital social - %	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Lucro líquido (prejuízo) do exercício	Amortização de mais valia de ativos	Equivalência patrimonial ajustada com os lucros realizados dos ativos
Participação nos lucros de controladas							88.693
Empresa controlada em conjunto							
Passos Maia Energética S.A.	50	109.502	4.865	74.283	30.353	-	15.177
Participação nos lucros de coligadas							15.177
Participação total nos lucros de coligadas e controladas							103.870

12.1. Reestruturação societária mediante incorporação de investidas

Em 4 de setembro de 2020, a investida Monel Monjolinho Energética S.A. foi incorporada à Companhia conforme laudo de avaliação de empresa independente com data base de 30 de junho de 2020. O patrimônio líquido da UHE Monel na data da incorporação com base no valor contábil representava o montante de R\$183.278. Os ativos e passivos líquidos avaliados estão apresentados como segue:

ATIVO

Caixa e equivalentes de caixa	88.920
Contas a receber	10.711
Tributos a recuperar	11.802
Imposto de renda e contribuição social diferidos	12.596
Imobilizado	207.145
Intangível	31.258
Outros ativos	534
Ativo total	<u>362.966</u>

PASSIVO

Fornecedores	79.945
Concessões a pagar	85.255
Salários e encargos sociais	187
Tributos a recolher	385
Imposto de renda e contribuição social	8.072
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários	191
Outros passivos	5.653
Passivo total	<u>179.688</u>

Total de ativos incorporados e passivos assumidos	<u><u>183.278</u></u>
---	-----------------------

Em 15 de dezembro de 2021, a investida Enex O&M de Sistemas Elétricos Ltda foi incorporada pela Companhia, a qual se tornou sua sucessora, conforme mencionado na nota explicativa nº 8.

13. IMOBILIZADO

	Controladora									
	Terrenos	Reservatório, Barragens e Adutoras	Ferramentas, Máquinas e Equipamentos	Linhas de transmissão	Veiculos	Móveis e utensílios	Edifícios	Arrendamentos	Imobilizado em curso	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2020	6.271	232.005	187.939	1.838	429	10.576	38.347	10.203	21.752	509.360
Custo histórico	6.347	365.001	194.024	1.963	1.258	14.774	42.644	13.563	21.752	661.326
Mais valia de imobilizado	2.387	45.989	97.699	832	69	2.030	12.621	-	-	161.627
Depreciação acumulada	(1.830)	(133.287)	(76.832)	(728)	(877)	(5.628)	(13.656)	(3.360)	-	(236.198)
Amortização de mais valia	(633)	(13.018)	(26.952)	(229)	(21)	(600)	(3.262)	-	-	(44.715)
Provisão para redução ao valor recuperável	-	(32.680)	-	-	-	-	-	-	-	(32.680)
Ingressos	-	-	-	-	-	-	-	-	52.994	52.994
Baixas - custo histórico	-	(35.788)	(220)	-	(978)	(3.716)	(98)	(2.510)	(8.549)	(51.859)
Baixas - depreciação acumulada	-	12.784	77	-	646	2.398	11	228	-	16.144
Transferências para imobilizado em serviço	-	34.726	591	-	-	104	-	2.698	(38.119)	-
Transferências para o intangível	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Amortização de Mais-Valia	(316)	(7.145)	(13.476)	(116)	(6)	(301)	(1.966)	-	-	(23.326)
Depreciação	(3)	(3.303)	(6.149)	(69)	(59)	(974)	(806)	(1.883)	-	(13.246)
Reversão de provisão para redução ao valor recuperável	-	32.680	-	-	-	-	-	-	-	32.680
Provisão para redução ao valor recuperável	(118)	(8.734)	(10.246)	(74)	-	(57)	(4.787)	-	-	(24.016)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	5.834	257.225	158.516	1.579	32	8.030	30.701	8.736	28.078	498.731
Custo histórico	6.347	363.939	194.410	1.963	335	11.200	42.703	13.751	28.078	662.726
Mais valia de imobilizado	2.387	45.989	97.684	832	14	1.992	12.464	-	-	161.362
Depreciação acumulada	(1.833)	(128.215)	(83.875)	(798)	(310)	(4.242)	(14.608)	(5.015)	-	(238.896)
Amortização de mais valia	(949)	(15.754)	(39.457)	(344)	(7)	(863)	(5.071)	-	-	(62.445)
Provisão para redução ao valor recuperável	(118)	(8.734)	(10.246)	(74)	-	(57)	(4.787)	-	-	(24.016)
Taxa média depreciação anual %	3,65%	2,55%	6,72%	6,62%	18,62%	9,66%	5,02%	13,69%	-	

Consolidado											
	Terrenos	Reservatório, Barragens e Adutoras	Ferramentas, Máquinas e Equipamentos	Linhas de transmissão	Aerogeradores	Veículos	Móveis e utensílios	Edifícios	Arrendamentos	Imobilizado em Andamento	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2020	18.855	425.740	326.165	15.558	315.038	435	12.880	75.611	14.167	357.366	1.561.815
Custo histórico	20.702	639.957	405.416	19.460	561.410	1.271	18.613	99.324	18.525	357.366	2.142.044
Mais valia de imobilizado	5.435	73.031	114.731	2.675	-	69	2.157	14.185	-	-	212.283
Depreciação acumulada	(5.498)	(236.037)	(164.311)	(5.814)	(228.230)	(884)	(7.270)	(34.343)	(4.358)	-	(686.745)
Amortização de mais valia	(1.105)	(18.531)	(29.592)	(515)	-	(21)	(620)	(3.547)	-	-	(53.931)
Redução do valor recuperável dos ativos	(679)	(32.680)	(79)	(248)	(18.142)	-	-	(8)	-	-	(51.836)
Adições **	594	35.174	28.122	-	-	-	104	(24)	7.083	1.030.563	1.101.616
Baixas custo	-	(35.788)	(219)	-	-	(978)	(3.716)	(98)	(4.752)	(9.140)	(54.691)
Baixas depreciação	-	12.784	77	-	-	646	2.398	11	841	-	16.757
Transferências Intangível	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(21)	(21)
Transferências custo	-	166	3.009	-	100	(7)	(5)	1.943	-	-	5.206
Amortização Mais-Valia	(553)	(10.562)	(14.795)	(257)	-	14	(310)	(2.130)	-	-	(28.593)
Depreciação	(29)	(6.590)	(11.044)	(654)	(31.930)	(75)	(1.197)	(1.750)	(2.721)	-	(55.990)
Reversão de provisão para redução ao valor recuperável		32.680			-	-	(57)	(4.787)	-	-	32.680
Provisão para redução ao valor recuperável	(118)	(8.734)	(10.246)	(74)	-	-	(57)	(4.787)	-	-	(24.016)
Saldo em 31 de Dezembro de 2021	<u>18.749</u>	<u>444.870</u>	<u>321.069</u>	<u>14.573</u>	<u>283.208</u>	<u>35</u>	<u>10.097</u>	<u>68.776</u>	<u>14.618</u>	<u>1.378.768</u>	<u>2.554.763</u>
Custo histórico	21.296	639.509	436.343	19.460	561.510	341	14.996	101.145	20.856	1.378.768	3.194.224
Mais valia de imobilizado	5.435	73.031	114.716	2.675	-	14	2.157	14.185	-	-	212.213
Depreciação acumulada	(6.206)	(229.843)	(175.357)	(6.716)	(278.302)	(313)	(6.069)	(36.090)	(6.238)	-	(745.134)
Amortização de mais valia	(979)	(29.093)	(44.387)	(772)	-	(7)	(930)	(5.677)	-	-	(81.845)
Redução do valor recuperável dos ativos *	(797)	(8.734)	(10.246)	(74)	-	-	(57)	(4.787)	-	-	(24.695)
Taxa média depreciação anual %	2,18%	2,41%	4,69%	4,12%	5,69%	17,18%	8,79%	3,36%	13,05%	-	-

(*) A provisão de perda ao valor recuperável da EOL Energen tem base nos seguintes indicativos: produção abaixo da estimada pela Administração; redução da vida útil do ativo imobilizado e revisão da taxa de desconto. Houve o reconhecimento da perda por “impairment” no ativo imobilizado desta investida no montante total de R\$19.156. Em 2020, foram identificados indicativos de redução do valor recuperável sobre o túnel de adução da planta São João, sobre o qual foi realizada provisão para perda no montante de R\$32.680. Em 2021, a provisão de R\$32.680 foi revertida e realizado teste de impairment dos ativos gerando uma provisão de perda ao valor recuperável no total de R\$27.540.

(**) As adições no período têm como parte relevante de sua composição os valores pagos pelas subsidiárias envolvidas no projeto Ventos de Santa Eugênia ao fornecedor de turbinas para início da construção do parque eólico conforme mencionado na nota explicativa nº 1.

Abaixo é apresentada a taxa média anual de depreciação conforme alteração da estimativa da vida útil de ativos mencionada na nota explicativa nº 3.1 a):

Grupo DF	Taxa Média Ponderada
Aerogeradores	5,46%
Direito de Softwares	19,89%
Edifícios	3,58%
Ferramentas, Máquinas e Equipamentos	5,31%
Linhas de transmissão	4,29%
Móveis e utensílios	8,85%
Outros Intangíveis	5,29%
Reservatório, Barragens e Adutoras	2,79%
Terrenos	1,56%
Uso do bem público	4,15%
Veículos	14,43%

a) Custo de remoção de imobilizado

Os parques eólicos não estão sujeitos a devolução ao poder concedente e não há obrigação legal de remover os equipamentos do local onde estão instalados. Apesar disso, o departamento de desenvolvimento de negócios reavaliou a abordagem da Companhia, e a partir desta data considera que a remoção da planta de energia do local instalado é necessária com o objetivo de retornar a área o máximo possível ao status original. Os gastos de desmobilização foram mensurados com base em estimativas e tem como base as informações disponíveis para os custos de desmontagem dos equipamentos e obras civis, inflacionados e descontados à taxa média de custo de capital de cada empreendimento.

O saldo de provisão para remoção de imobilizado é apresentado da seguinte forma:

	Consolidado	
	31.12.2021	31.12.2020
UEE Energen	3.659	3.354
UEE Macaúbas	3.020	2.768
UEE Novo Horizonte	2.589	2.372
UEE Seabra	2.589	2.372
UEE Oslo I	8.260	-
UEE Oslo II	4.078	-
UEE Oslo III	10.131	-
UEE Oslo IV	6.086	-
UEE Oslo V	5.250	-
UEE Oslo VI	2.869	-
UEE Oslo VII	3.066	-
UEE Oslo VIII	3.849	-
UEE Oslo IX	4.206	-
UEE Oslo X	6.285	-
Total	65.937	10.866

b) Provisão para perda ao valor recuperável

A Companhia realizou teste de redução ao valor recuperável avaliando os seus ativos em operação como as unidades geradoras de caixa UGCs e mensurando seu valor em uso. Para o cálculo do valor em uso foram utilizadas projeções de fluxo de caixa, onde as premissas não consideraram a extensão das concessões dos ativos PCH Alegre, PCH Jucu, PCH São João, PCH Viçosa, UHE Suíça, PCH Fruteiras e PCH Rio Bonito, cujo término ocorrerá entre 2026 e 2027.

Em 31 de dezembro de 2021, foi reconhecida uma provisão para perda ao valor recuperável no montante de R\$27.540 na controladora e no consolidado conforme demonstrado no quadro abaixo:

	Controladora e Consolidado
PCH Alegre	(6.452)
PCH Jucu	(3.078)
PCH São João	(17.179)
PCH Viçosa	(831)
	<u>(27.540)</u>

14. INTANGÍVEL

	Controladora					
	Direito de Softwares	Mais valia de contratos	Uso do bem público	GSF	Projetos em desenvolvimento	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2020	2.167	52.697	30.328	-	129.994	215.754
Custo histórico	4.445	-	57.010	-	129.994	192.233
Mais valia de intangível	166	75.791	-	-	-	75.957
Amortização acumulada	(2.388)	-	(26.682)	-	-	(29.286)
Amortização de mais valia	(56)	(23.094)	-	-	-	(23.150)
Ingressos	2	-	-	66.618	-	66.639
Amortização Mais-Valia	(34)	(11.657)	-	-	-	(11.691)
Amortização	(561)	-	(1.869)	(1.855)	-	(4.306)
Provisão para redução ao valor recuperável	(1)	(3.523)	-	-	-	(3.524)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	1.573	37.517	28.459	64.763	129.994	262.872
Custo histórico	4.444	-	57.010	66.618	129.994	258.868
Mais valia de intangível	166	75.794	-	-	-	75.960
Amortização acumulada	(2.949)	-	(28.551)	(1.855)	-	(33.591)
Amortização de mais valia	(87)	(34.754)	-	-	-	(34.841)
Provisão para redução ao valor recuperável	(1)	(3.523)	-	-	-	(3.524)

	Consolidado						
	Direito de Softwares	Ágio	Mais valia de contratos	Uso do bem público	Outros Intangíveis	Projetos em desenvolvimento	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2020	4.929	46.595	116.569	30.328	3.024	129.994	331.439
Custo histórico	9.865	3.541	-	57.010	3.469	129.994	203.879
Mais valia de intangível	160	43.054	151.337	-	434	-	194.985
Amortização acumulada	(5.040)	-	-	(26.682)	(789)	-	(32.511)
Amortização de mais valia	(56)	-	(34.768)	-	(90)	-	(34.914)
Adições	-	-	-	-	96.364	-	96.364
Transferência Imobilizado	-	-	-	-	21	-	21
Amortização Mais-Valia	(31)	-	(17.497)	-	(45)	-	(17.573)
Amortização	(1.465)	-	-	(1.869)	(2.648)	-	(5.982)
Provisão para redução ao valor recuperável	(1)	(9.159)	(3.502)	-	(21)	-	(12.683)
Saldo em 31 de Dezembro de 2021	3.432	37.436	95.570	28.459	96.695	129.994	391.586
Custo histórico	9.865	3.541	-	57.010	99.854	129.994	300.264
Mais valia de intangível	160	43.054	151.337	-	434	-	194.985
Amortização acumulada	(6.505)	-	-	(28.551)	(3.437)	-	(38.493)
Amortização de mais valia	(87)	-	(52.265)	-	(135)	-	(52.487)
Provisão para redução ao valor recuperável	(1)	(9.159)	(3.502)	-	(21)	-	(12.683)

14.1. Ágio na aquisição de controladas

O ágio registrado contabilmente no montante de R\$37.436 é alocado às Unidades Geradoras de Caixa (UGC) Passos Maia Energética S.A. e Santa Fé Energia S.A, conforme quadro abaixo:

Passos Maia S.A.	3.541
Santa Fé Energia S.A.	33.895
	<u>37.436</u>

O valor recuperável das UGC's foi determinado com base em cálculos do valor em uso. Esses cálculos usam projeções de fluxo de caixa, antes do imposto de renda e da contribuição social, baseadas em orçamentos financeiros aprovados pela administração até o período de vigência de cada concessão ou autorização. Os fluxos de caixa foram projetados com base numa taxa de crescimento estipulada conforme previsão dos contratos de compra de energia. A taxa de crescimento não excede a taxa de crescimento média de longo prazo do mercado.

Em 31 de dezembro de 2021 foi reconhecida uma perda sobre o valor recuperável do ágio sobre expectativa de rentabilidade futura da investida Santa Fé Energia S.A. no montante de R\$9.159.

14.2. Aquisições do ativo intangível

Em decorrência da aderência às tratativas de repactuação do risco hidrológico previstas na Lei 14.052/2020, conforme mencionado nas notas explicativas de nº 1.4 e 7, o Grupo reconheceu o direito da extensão do prazo de concessão das usinas no ativo intangível nos montantes de R\$66.618 na controladora e R\$96.364 no consolidado.

15. PROPRIEDADES PARA INVESTIMENTOS

A Companhia possui terras adquiridas com o intuito de investimento, que podem futuramente fazer parte de projetos de usinas hidrelétricas (ou pequenas centrais hidrelétricas) quais são parte de desenvolvimentos de estudos e projetos básicos, ou ainda serem negociadas com outras partes.

As movimentações nesta rubrica podem ser verificadas conforme abaixo:

	<u>Controladora e Consolidado</u>
Saldo em 1º de janeiro de 2020	15.123
Reversão parcial da provisão de valor recuperável	<u>3.969</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2021	<u>19.092</u>

Em 2020, a Companhia contratou uma empresa especializada independente a fim de avaliar o valor justo de suas propriedades para investimento. A partir desse estudo, e em conformidade com as normas vigentes, a Companhia identificou que R\$3.969 poderiam ser revertidos do montante, o qual foi reconhecido como perda no resultado do exercício.

Em 2021 a Companhia reavaliou os valores através de modelagem interna para verificação do valor justo das propriedades para investimento. O estudo foi elaborado com base no valor da terra nua por hectare disponibilizado por órgãos federais e estaduais, o qual resultou num valor de avaliação de R\$ 26.803, não apontando, portanto, indicativos de reconhecimento de perda para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

16. FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
Fornecedores de materiais e serviços	11.612	7.505	32.146	10.028
Mercado de curto prazo a pagar protegido por liminares	-	95.421	-	112.603
Saldo a liquidar referente contratos do PROINFA	-	-	641	1.378
	<u>11.612</u>	<u>102.926</u>	<u>32.787</u>	<u>124.009</u>

Conforme mencionado no contexto operacional (nota explicativa nº 1.4), as usinas hidrelétricas PCH Moinho e UHE Monel Monjolinho perderam a proteção pelas liminares do GSF, tendo os saldos devidos de fevereiro de 2018 em diante liquidados em 11 de dezembro de 2018.

Com a adesão das diretrizes de repactuação do risco hidrológico implementadas pela Lei 14.052/2020, os saldos protegidos por liminares no montante de R\$115.329 foram liquidados em 20 de agosto de 2021 para as usinas PCH Moinho e UHE Monel Monjolinho. A Companhia retirou as ações judiciais vigentes e renunciou o direito à novas ações judiciais que façam referência ao GSF, conforme previsão legal.

17. FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

Os financiamentos mantidos pelo Grupo são em sua totalidade oriundos dos financiamentos de construção das suas SPEs ou para aquisição de ativos, e têm sua composição assim demonstrada:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
Financiamento de obras - BNB (a)	-	-	412.161	-
Debêntures (b)	152.598	228.233	152.598	228.233
Outros Empréstimos (c)	406.215	406.215	406.215	406.215
Total	<u>558.813</u>	<u>634.448</u>	<u>970.974</u>	<u>634.448</u>
Apresentados como:				
Passivo circulante	227.765	82.413	244.953	82.413
Passivo não circulante	331.048	552.035	726.021	552.035

a. Financiamento de obras - Banco do Nordeste do Brasil S.A.

Em 15 de dezembro de 2020, o Grupo celebrou junto ao BNB – Banco do Nordeste do Brasil S.A. contratos de financiamento no montante de até R\$1.062.378, dos quais aproximadamente um terço já foram desembolsados no nível das investidas constituídas para a construção dos parques eólicos que compõem o projeto Ventos de Santa Eugênia. Os contratos possuem carência de 3 anos com juros capitalizados e prazo total de 24 anos. O custo médio ponderado dessa captação é de 1,2531% a.a. adicionado ao IPCA. O financiamento prevê recebimento no sistema de desembolso conforme atingimento das condições precedentes previstas em contrato. O contrato de financiamento determina a apresentação de fiança bancária em favor do banco previamente ao desembolso a cada liberação de recursos do crédito e, depois que o empreendimento entrar em operação, prevê a possibilidade de o Grupo pleitear a baixa das fianças em substituição à outras garantias reais.

b. Debêntures

Em 20 de dezembro de 2018, a Companhia emitiu 230.000 debêntures não conversíveis em ações com garantia real a ser convolada em espécie quirografária, valor nominal unitário de R\$1 (mil reais), e prazo de vencimento de 5 anos, sendo a primeira amortização liquidada em junho de 2021. A última amortização ocorrerá em dezembro de 2023. Conforme previsto na escritura de emissão, após o atingimento de algumas condições precedentes a operação passou a não possuir garantias, o que foi atingido ainda em 2018, sendo as principais características juros remuneratórios e “covenants” especificados a seguir:

(i) Juros remuneratórios

Sobre o valor nominal unitário ou o saldo do valor nominal unitário incidirão juros remuneratórios correspondentes a 100% da variação acumulada da taxa DI, acrescida de sobretaxa de 0,95% ao ano calculados de forma exponencial e cumulativa “pro rata temporis”, por dias úteis decorridos, desde a primeira taxa de integralização ou a data de pagamento da remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento.

(ii) Cláusulas de Eventos de Inadimplemento

A escritura de debêntures possui cláusula que requer que, durante o período de amortização do contrato, a Companhia acompanhe em bases semestrais o índice financeiro calculado por meio da dívida líquida sobre EBITDA igual ou menor do que 3,5. A Companhia se mantém em conformidade com a referida cláusula, tendo apurado índice de 2,2 para 31 de dezembro de 2021 (1,7 para 31 de dezembro de 2020), ou seja está adimplente para os referidos períodos.

c. Outros empréstimos

c.1) Gerenciamento de dívida

Em 20 de fevereiro de 2020, a Companhia contratou o montante de R\$255.000 com o Banco BNP Paribas Brasil. Esse contrato está amparado pela Lei 4.131 de setembro de 1962. O empréstimo foi utilizado para realizar aportes de capital nas subsidiárias da Companhia com a finalidade de liquidação de dívidas a nível das investidas junto aos bancos BNB e BNDES. A taxa de juros fixa é de 6,5% a.a., e a dívida está denominada em reais. As garantias estão atreladas aos recebíveis oriundos de alguns contratos de longo prazo de venda de energia da Companhia. Para evitar vencimento antecipado, a Companhia terá que manter seu índice de dívida líquida sobre EBITDA menor ou igual a 3,5 semestralmente, a partir de 30 de junho de 2020. A Companhia se mantém em conformidade com a referida cláusula, tendo apurado índice de 2,2 para 31 de dezembro de 2021 (1,7 para 31 de dezembro de 2020). As amortizações ocorrerão por meio de parcelas iguais e semestrais, com o primeiro vencimento em 27 fevereiro de 2023 encerrando em 27 de fevereiro de 2025.

c.2) Empréstimo ponte para construção

Em 8 de setembro de 2020, a Companhia contratou o montante de R\$145.000 por meio do aditamento do contrato constante do item c.1 acima. O empréstimo foi utilizado para aportes de capital nas subsidiárias da Companhia com a finalidade construção. A taxa de juros fixa foi determinada em 4,5% a.a. e condições de amortização do principal em 8 de junho de 2022 e amortização dos juros em parcelas trimestrais iniciando em 8 de dezembro de 2020 e encerrando em 8 de junho de 2022.

A movimentação dos financiamentos do Grupo pode ser assim demonstrada:

	<u>Controladora</u>
Em 1º de janeiro de 2020	227.690
Contratação de empréstimo	400.000
Pagamento de encargos	(18.654)
Custos e encargos financeiros apropriados ao resultado	<u>25.412</u>
Em 31 de dezembro de 2020	634.448
Pagamento de principal	(76.636)
Pagamento de encargos	(33.039)
Juros capitalizados	6.571
Custos e encargos financeiros apropriados ao resultado	<u>27.469</u>
Em 31 de dezembro de 2021	<u><u>558.813</u></u>

	<u>Consolidado</u>
Em 1º de janeiro de 2020	547.100
Contratação de empréstimo	400.000
Pagamento de principal	(318.799)
Pagamento de encargos	(22.789)
Custos e encargos apropriados no resultado	<u>28.936</u>
Em 31 de dezembro de 2020	634.448
Captação de financiamentos	399.236
Custos e encargos a apropriar	(5.417)
Pagamento de principal	(76.636)
Pagamento de encargos	(33.039)
Juros capitalizados	26.816
Custos e encargos apropriados no resultado	<u>25.566</u>
Em 31 de dezembro de 2021	<u><u>970.974</u></u>

Os financiamentos com o banco BNB mantidos anteriormente pelas subsidiárias Macaúbas, Seabra e Novo Horizonte foram quitados em 28 de fevereiro de 2020. Assim como os financiamentos com o banco BNDES mantidos pelas subsidiárias Monel e Moinho foram quitados em 28 de fevereiro de 2020 e 2 de março de 2020, respectivamente.

Abaixo é demonstrado o fluxo de vencimento das parcelas apresentadas no longo prazo:

<u>Em 31 de dezembro de 2021</u>	<u>2023</u>	<u>2024</u>	<u>2025</u>	<u>2026</u>	<u>Após 2026</u>	<u>Total</u>
Financiamento de obras - Banco do Nordeste do Brasil S.A.	-	7.173	10.340	11.856	365.629	394.998
Debêntures	76.023	-	-	-	-	76.023
Outros Empréstimos	<u>102.000</u>	<u>102.000</u>	<u>51.000</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>255.000</u>
	<u><u>178.023</u></u>	<u><u>109.173</u></u>	<u><u>61.340</u></u>	<u><u>11.856</u></u>	<u><u>365.629</u></u>	<u><u>726.021</u></u>

18. CONCESSÕES A PAGAR

Refere-se integralmente à obrigação a pagar decorrente do contrato de concessão firmado com a ANEEL para exploração do potencial hidrelétrico da UHE Monel, ajustado a valor presente, considerando a taxa de juros de 9,50% ao ano. A correspondente obrigação é paga em parcelas mensais, atualizadas anualmente com base na variação do IGPM, calculado pela Fundação Getúlio Vargas. A primeira parcela teve seu vencimento em setembro de 2009, data de início da operação comercial da usina, e a última terá seu vencimento em abril de 2037.

O saldo proveniente da aquisição da incorporada Tamar compreende a outorga concedida às PCHs Alegre, Fruteiras, Jucu e Rio Bonito, pelo prazo de cinco anos contados a partir de 17 de julho de 2014, valores anuais, em parcelas mensais, correspondente a 1/12 (um doze avos) do valor de R\$647. Em relação ao potencial hidrelétrico da UHE Suíça, a Companhia recolhe à União, pelo prazo de cinco anos contados a partir de 09 de julho de 2014, valores anuais, em parcelas mensais, correspondente a 1/12 (um doze avos) do valor de R\$675. Ambos são corrigidos anualmente pela variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA

	Controladora e Consolidado
Em 1º de janeiro de 2020	80.284
Pagamentos realizados	(9.275)
Encargos financeiros apropriados ao resultado	25.579
Em 31 de dezembro de 2020	96.588
Pagamentos realizados	(10.943)
Encargos financeiros apropriados ao resultado	25.175
Em 31 de dezembro de 2021	110.820
Apresentados como:	
Passivo circulante	14.605
Passivo não circulante	96.215

19. ARRENDAMENTOS

A Companhia e suas controladas possuem contratos de locação de salas comerciais, veículos e terras. Esses contratos são classificados como arrendamento mercantil operacional e seus valores mínimos são reajustados anualmente, conforme índices de inflação previstos em contrato.

Em 1º de janeiro de 2019, conforme levantamento e análise dos contratos considerados no escopo da norma (CPC 06(R2)), a Companhia considerou o valor do aluguel mínimo fixo para fins de avaliação do passivo de arrendamento. A mensuração dos passivos de arrendamento compreende o fluxo futuro dos pagamentos mínimos de aluguel trazidos a valor presente pela taxa real de desconto. Tal taxa de desconto corresponde à taxa incremental sobre os empréstimos de cada empresa do Grupo com base no prazo médio de cada contrato de arrendamento.

Em 31 de dezembro de 2021, os passivos de arrendamentos estão representados na rubrica de “Arrendamentos” do balanço patrimonial e são devidos como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
Menos de 1 ano	2.888	2.733	4.262	3.796
Entre 2 e 5 anos	8.654	10.757	12.298	13.593
Mais de 5 anos	3.105	3.105	16.637	6.206
Total dos pagamentos mínimos	14.647	16.595	33.197	23.595
Encargos financeiros futuros	(2.773)	(3.611)	(15.230)	(6.524)
Valor presente dos pagamentos mínimos	11.874	12.984	17.967	17.071
Apresentados como:				
Circulante	2.889	2.733	4.261	3.796
Não circulante	8.985	10.251	13.706	13.275

A mensuração inicial do ativo de direito de uso, corresponde ao mesmo valor do passivo de arrendamento e é reconhecido ao valor presente. Os saldos estão representados na rubrica de imobilizado do balanço patrimonial e em nota explicativa nº 13 e podem ser apresentados conforme classes abaixo:

	Controladora				Consolidado			
	Salas				Salas			
	Terras	Comerciais	Veículos	Total	Terras	Comerciais	Veículos	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2020	38	9.437	-	9.475	2.586	9.437	735	12.758
Adições	-	-	2.327	2.327	-	-	3.648	3.648
Amortização	(1)	(1.670)	(125)	(1.796)	(174)	(1.670)	(511)	(2.355)
Remensuração de ativos	-	117	-	117	-	116	-	116
Incorporação de controlada custo	-	-	183	183	-	-	-	-
Incorporação de controlada amortização acumulada	-	-	(103)	(103)	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2020	37	7.884	2.282	10.203	2.412	7.883	3.872	14.167
Adições	-	-	188	188	1.632	-	2.941	4.573
Baixas	-	-	-	-	-	-	(1.589)	(1.589)
Amortização	(2)	(975)	(906)	(1.883)	(176)	(975)	(1.610)	(2.761)
Remensuração de ativos	-	-	228	228	-	-	228	228
Saldo em 31 de dezembro de 2021	35	6.909	1.792	8.736	3.868	6.908	3.842	14.618

20. TRIBUTOS A RECOLHER

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
PIS a recolher	37	194	228	365
COFINS a recolher	171	900	1.043	1.681
ISS a recolher	33	5	104	40
Tributos retidos a recolher	616	502	2.564	1.253
Tributos sobre importação	244	107	721	638
IOF a recolher	13	11	13	11
ICMS a recolher	472	-	8.802	-
Outros tributos a recolher	-	148	-	393
Total	1.586	1.867	13.475	4.381
Apresentados como:				
Passivo circulante	1.586	1.867	12.839	4.032
Passivo não circulante	-	-	636	349

21. OUTROS PASSIVOS

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
Provisão para compensação ambiental	3.536	3.002	4.444	3.779
P&D (ANEEL) a pagar	1.466	3.465	1.466	3.465
Garantias financeiras prestadas	623	1.375	925	1.375
Outras contas a pagar	2.679	1.749	7.202	2.485
Total	8.304	9.591	14.037	11.104
Apresentados como:				
Passivo circulante	5.642	7.170	11.195	8.683
Passivo não circulante	2.662	2.421	2.842	2.421

22. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2021 o capital social da Companhia subscrito e integralizado está representado por 352.823.928 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal (218.370.694 em 31 de dezembro de 2020) composto da seguinte forma:

	31.12.2021	31.12.2020
Capital social	1.931.910	1.131.910
Capital social a integralizar	(260.000)	-
	<u>1.671.910</u>	<u>1.131.910</u>

O Capital social da Companhia está distribuído conforme quadro de acionistas a seguir:

Acionistas	% do Capital Social	Quantidade de ações ordinárias	
		2021	2020
Statkraft Investimentos Ltda.	81,31	286.873.687	177.552.601
FUNCEF - Fundação dos Economiários Federais	18,69	65.950.241	40.818.093
	<u>100,00</u>	<u>352.823.928</u>	<u>218.370.694</u>

Em 14 de janeiro de 2021 a Companhia aprovou a subscrição de 59.012.693 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, distribuídas entre os subscritores da seguinte forma: (i) Statkraft Investimentos Ltda: 47.981.975 ações; e (ii) FUNCEF - Fundação dos Economiários Federais: 11.030.718 ações. A subscrição dessas ações totaliza o valor de R\$370.000 e foi integralizada conforme descrição abaixo:

- (i) Em 5 de fevereiro de 2021 a Companhia recebeu aporte de capital no montante de R\$200.000 integralizado pelas suas acionistas Statkraft Investimentos Ltda e FUNCEF – Fundação dos Economiários Federais nos montantes de R\$162.616 e R\$37.384, respectivamente.

- (ii) Em 9 de junho de 2021 foi recebido o montante adicional de R\$170.000 integralizado pelas suas acionistas Statkraft Investimentos Ltda e FUNCEF – Fundação dos Economiários Federais nos montantes de R\$138.223 e R\$31.777, respectivamente.

Adicionalmente, em 24 de junho de 2021 a Companhia aprovou a subscrição de 30.149.883 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, distribuídas entre os subscritores da seguinte forma: (i) Statkraft Investimentos Ltda: 24.514.233 ações; e (ii) FUNCEF - Fundação dos Economiários Federais: 5.635.650. A subscrição dessas ações totaliza o valor de R\$170.000 e foi integralizada na proporção da participação acionária pelos acionistas no dia 5 de agosto de 2021.

Em 15 de dezembro de 2021 a Companhia aprovou a subscrição de 45.290.658 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, distribuídas entre os subscritores da seguinte forma: (i) Statkraft Investimentos Ltda: 36.824.878 ações; e (ii) FUNCEF - Fundação dos Economiários Federais: 8.465.780. A subscrição dessas ações totaliza o valor de R\$260.000 e foi integralizada na proporção da participação acionária pelos acionistas no dia 14 de janeiro de 2022.

b) Dividendos

O lucro líquido de cada exercício social, após as compensações e deduções previstas em lei e consoante previsão estatutária, terá a seguinte destinação:

- 5% para a reserva legal, até atingir 20% do capital social integralizado.
- 5% do saldo, após a apropriação da reserva legal, serão destinados para pagamento de dividendo mínimo obrigatório a todos os acionistas.

A movimentação do saldo de dividendos no passivo e patrimônio líquido da conta de Dividendos a pagar pode ser assim demonstrada:

	Controladora e consolidado 31.12.2021
Em 1º de janeiro de 2020	2.149
Pagamento de dividendos	(2.149)
Dividendos mínimos obrigatórios declarados	2.826
Em 31 de dezembro de 2020	2.826
Reversão de dividendos obrigatórios	(2.826)
Dividendos mínimos obrigatórios declarados	8.722
Em 31 de dezembro de 2021	8.722

c) Reservas de lucros

Abaixo é demonstrado o detalhamento do saldo da reserva de lucros em 31 de dezembro de 2021:

	Controladora e Consolidado
Reserva legal (i)	18.569
Reserva de retenção de lucros (ii)	317.191
Total	335.760

(i) Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

(ii) Reserva de retenção de lucros

Constitui a reserva de lucros com o saldo de lucros remanescentes não distribuídos no exercício para suportar investimentos futuros.

d) Ajuste de avaliação patrimonial

O saldo apresentado na rubrica “Ajuste de avaliação patrimonial” refere-se aos ganhos ou perdas não realizados dos instrumentos financeiros patrimoniais mantidos ao valor justo, e mensurados por meio de outros resultados abrangentes, e representam a diferença entre o custo de aquisição e o valor justo mensurado para a data de cada demonstração financeira, líquido de imposto de renda e contribuição social diferidos.

23. RECEITA LÍQUIDA

Abaixo a apresentação das receitas de acordo com CPC 47 - “Receita de Contrato” com cliente, desagregadas de acordo com o tipo de contrato.

	Controladora	
	31.12.2021	31.12.2020
Prestação de serviços	11.757	12.265
Tributos sobre a prestação de serviços	(1.468)	(1.450)
	10.289	10.815
Revenda de mercadorias	1.927	-
Tributos sobre a venda de mercadorias	(525)	-
	1.402	-
Fonecimento de Energia Elétrica:		
Contrato de Compra de Energia Regulada (CCEAR)	107.223	26.712
Contrato Ambiente de Contratação Livre (ACL)	43.560	75.375
Contrato Bilateral Regulado (CBR)	96.603	86.056
Mercado de curto prazo (CCEE)	62.852	12.372
Tributos sobre a venda de energia elétrica	(31.999)	(20.346)
	278.239	180.169
Outras Receitas:		
Certificado de energia renovável	172	-
Receita Líquida	290.102	190.984

	Consolidado	
	31.12.2021	31.12.2020
Prestação de serviços	684	579
Tributos sobre a prestação de serviços	(84)	(130)
	600	449
Contrato de Energia de Reserva (CER)	102.221	90.658
Contrato de Compra de Energia Regulada (CCEAR)	144.903	131.190
Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (PROINFA)	119.643	96.339
Contrato Ambiente de Contratação Livre (ACL)	62.296	91.590
Contrato Bilateral Regulado (CBR)	96.603	86.057
Mercado de curto prazo (CCEE)	80.883	16.855
Tributos sobre a venda de energia elétrica	(42.369)	(35.958)
	564.180	476.731
Outras Receitas		
Certificado de energia renovável	274	-
Receita líquida	565.054	477.180

Outras informações contratuais são apresentadas na nota de contexto operacional destas demonstrações financeiras.

24. CUSTOS E DESPESAS

a) Custos do fornecimento de energia e serviços prestados

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
Compra de energia elétrica no mercado de curto prazo	(135.604)	(59.998)	(157.109)	(94.634)
Repactuação do risco hidrológico*	66.618	-	96.364	-
Depreciação e amortização	(49.226)	(46.127)	(104.795)	(103.220)
Salários e encargos sociais	(6.093)	(4.670)	(3.658)	(4.335)
Encargos setoriais	(11.139)	(5.151)	(21.610)	(16.334)
Seguros fianças e comissões	(3.524)	(2.606)	(13.560)	(10.118)
Serviços de terceiros	(381)	(29)	(1.730)	(8.750)
Outros	(350)	(11)	307	(916)
	(139.699)	(118.592)	(205.791)	(238.307)

- * Com a aderência da repactuação do risco hidrológico conforme tratativas da Lei 14.052/2020, mencionadas nas notas explicativas 1.4 e 7, o Grupo reconheceu uma recuperação de custos na compra de energia elétrica nos montantes de R\$66.618 na controladora e R\$96.364 no consolidado.

b) Gerais e administrativas

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
Serviços de terceiros	(17.089)	(12.477)	(32.542)	(20.495)
Salários e encargos sociais	(22.628)	(20.080)	(41.849)	(33.153)
Remuneração dos administradores	(9.178)	(9.246)	(9.178)	(9.246)
Encargos setoriais	(2.546)	(2.421)	(2.613)	(5.710)
Viagens e estadias	(1.248)	(911)	(1.888)	(1.381)
Aluguel	(714)	(1.124)	(1.141)	(1.633)
Impostos e taxas	(444)	(442)	(2.234)	(1.760)
Participação nos Resultados	(4.417)	(1.931)	(4.553)	(2.211)
Propaganda e publicidade	(719)	(483)	(1.171)	(857)
Depreciação e amortização	(3.343)	(2.909)	(3.343)	(2.909)
Estudos em desenvolvimento	(3.832)	(3.474)	(6.965)	(16.028)
Materiais	(1.212)	(263)	(7.779)	(3.048)
Outros	(2.397)	(1.138)	(5.212)	(3.458)
	<u>(69.767)</u>	<u>(56.899)</u>	<u>(120.468)</u>	<u>(101.889)</u>

c) Outras (Despesas) Receitas

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
Lucros cessantes e danos materiais	268	59	8.625	3.565
Reversão de provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários	5.384	949	9.836	827
Perdas com baixa de imobilizado	(26.707)	(379)	(26.720)	(2.553)
Reversão de provisão para perda em ativos	32.680	3.969	32.680	3.969
Provisão para perda ao valor recuperável de ativos	(36.699)	(32.680)	(36.699)	(32.680)
Outras receitas e despesas operacionais	(702)	(319)	(1.019)	(343)
	<u>(25.776)</u>	<u>(28.401)</u>	<u>(13.297)</u>	<u>(27.215)</u>

25. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
<u>Despesas financeiras</u>				
Com financiamentos	(28.118)	(25.412)	(28.118)	(30.116)
Comissão de fiança e garantias	-	(8)	-	(20)
IOF, multas e juros sobre tributos	(1.229)	(890)	(1.514)	(1.083)
Variação cambial passiva	(201)	(126)	(407)	(346)
Despesas financeiras sobre concessões a pagar	(27.106)	(14.781)	(27.206)	(28.902)
Juros sobre contrato de mútuo	(987)	(217)	(987)	(217)
Juros sobre arrendamento mercantil	(854)	(792)	(1.286)	(1.144)
Provisão para perda ao valor recuperável de ativos financeiros	(1.370)	(1.827)	(1.370)	(1.827)
Outras despesas financeiras	(898)	(641)	(440)	(4.788)
	<u>(60.763)</u>	<u>(44.694)</u>	<u>(61.328)</u>	<u>(68.443)</u>

Receitas financeiras	Controladora		Consolidado	
	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
Rendimentos de aplicações financeiras	14.930	5.250	24.389	10.848
Variação cambial ativa	49	269	398	1.243
Juros sobre contrato de mútuo	95	163	95	163
Juros e correções monetárias sobre provisão para contingências	-	-	8.814	-
Outras receitas financeiras	315	46	324	32
	15.389	5.728	34.020	12.286
	(45.374)	(38.966)	(27.308)	(56.157)

26. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Para o período em curso

Para fins de apuração de impostos, a controladora SKER, assim como sua controlada Monel Monjolinho Energética S.A. até a data de sua incorporação na Companhia e a subsidiária Statkraft Comercialização de Energia S.A., optaram pela apuração do resultado tributável observando o regime do lucro real. As demais empresas controladas optaram pelo regime de lucro presumido para apuração do IRPJ e da CSLL incidentes sobre o resultado tributável.

A apuração de IRPJ e CSLL para as controladas optantes pelo lucro presumido pode ser assim apresentada:

	Consolidado			
	Imposto de Renda		Contribuição Social	
	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
Base de cálculo presumido	283.059	269.770	283.059	269.770
Presunção do lucro tributável - %	8%	8%	12%	12%
IRPJ e CSLL	22.645	21.582	33.967	32.372
Outras receitas	24.850	3.508	24.850	3.508
Base de Cálculo	47.495	25.090	58.817	35.880
Alíquotas aplicáveis - %	25%	25%	9%	9%
Total	(11.874)	(6.272)	(5.294)	(3.229)
Outros efeitos em tributos	(689)	504	(297)	268
Dedução adicional IRPJ	216	216	-	-
IRPJ e CSLL no resultado	(12.347)	(5.552)	(5.591)	(2.961)

A apuração de IRPJ e CSLL para a controladora e controlada optantes pelo lucro real pode ser assim apresentada:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
Lucro (prejuízo) antes dos tributos	193.651	57.022	193.682	57.022
Equivalência patrimonial	(184.714)	(103.870)	(12.115)	(15.177)
Outras adições (Exclusões) permanentes ao lucro líquido para apuração do Lucro Real	33.368	(3.146)	(139.200)	(3.029)
Outras Adições (Exclusões) temporárias ao lucro líquido para apuração do Lucro Real	(78.293)	4.860	(78.293)	(14.618)
Base de cálculo bruta tributável ao regime de lucro real	(35.988)	(45.134)	(35.9276)	24.198
Compensação por prejuízo fiscal	-	-	-	-
Base de cálculo líquida de compensação	(35.988)	(45.134)	(35.926)	24.198
Alíquota nominal combinada do IR e CSLL %	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social corrente às alíquotas da legislação	-	-	(7)	(8.227)
Dedução adicional imposto de renda corrente	-	-	-	18
Impostos Correntes	-	-	(7)	(8.209)
Impostos diferidos sobre prejuízo fiscal	9.160	(1.134)	9.160	(1.134)
Impostos diferidos sobre demais diferenças temporárias	(19.014)	4.747	(19.014)	4.676
Impostos diferidos sem perspectiva de realização	-	(950)	-	(950)
Impostos diferidos	(9.854)	2.663	(9.854)	2.592
Total de encargos no resultado do exercício	(9.854)	2.663	(9.861)	(5.617)

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
Imposto de renda e contribuição social				
Lucro real	(9.854)	2.663	(9.861)	(5.617)
Lucro presumido	-	-	(17.938)	(8.513)
Total de encargos no exercício	(9.854)	2.663	(27.799)	(14.130)

b) Saldos patrimoniais de imposto renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre as diferenças temporárias para fins fiscais, prejuízos fiscais, dos ajustes de variação do valor justo financeiros e podem ser demonstrados da seguinte forma:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
Diferenças temporárias advindas de combinação de negócios	(32.121)	(35.925)	(32.121)	(35.925)
Diferenças temporárias sobre ajuste ao valor justo de investimentos	(26.356)	(11.411)	(26.356)	(11.411)
Diferenças temporárias sobre depreciação, amortização e provisões	11.797	12.596	11.977	12.776
Diferenças temporárias sobre repactuação do risco hidrológico	(22.020)	-	(22.020)	-
Prejuízos fiscais recuperáveis	26.356	17.196	26.356	17.196
Saldos tributos diferidos ativo (passivo)	(42.344)	(17.544)	(42.164)	(17.364)

Para fins de apresentação do balanço patrimonial, a Companhia apresenta os saldos de impostos diferidos passivos líquidos dos saldos de impostos diferidos ativos, exceto se não tiver o direito legal executável para compensação ou se a realização dos ativos e passivos não for simultânea. A Companhia realizou estudo de recuperabilidade de impostos diferidos sobre prejuízos fiscais, que serviu de base para o reconhecimento dos saldos acima apresentados.

A expectativa de realização do total de impostos diferidos nas controladas se estende até o prazo de cada concessão ou autorização, e na controladora no período de 2020 a 2025, cujas diferenças temporárias são registradas com base na expectativa de lucros tributáveis futuros.

No exercício de 2021, a variação negativa de R\$14.945 foi registrada no patrimônio líquido como ajuste de avaliação patrimonial conforme variação dos investimentos avaliados a valor justo.

27. SEGUROS

a) Seguros de responsabilidade dos administradores (D&O)

A Companhia é segurada na responsabilidade de seus administradores em apólice com vigência até 31 de dezembro de 2022.

b) Seguros de riscos operacionais

A Companhia também possui seguro contratado para os riscos operacionais de suas usinas, visando a cobertura para eventuais danos materiais e lucros cessantes, conforme valores de indenização adequados a continuidade de suas operações.

Lucros cessantes	638.666
Danos materiais	2.556.532
	<u>3.195.198</u>

c) Seguro de responsabilidade civil

Adicionalmente, a Companhia possui seguro de responsabilidade civil tendo suas usinas como cosseguradas. A cobertura do seguro compreende o reembolso dos dispêndios incorridos na reparação de danos materiais causados a terceiros, ações emergenciais empreendidas com o objetivo de minorar ou evitar tais danos, assim como os prejuízos financeiros causados, inclusive lucros cessantes. Os danos materiais são indenizáveis no limite de R\$26.568.

d) Seguro "Performance Bond"

Em janeiro de 2020, a Companhia contratou Seguro Garantia na modalidade de Construtor, como garantia de indenização, até o valor de R\$75.000, dos prejuízos e/ou multas resultantes do inadimplemento do tomador, referente às obrigações assumidas na outorga de concessão ou autorização dos empreendimentos participantes do Leilão de Geração n. 04/2019-ANEEL, durante a fase de execução das obras de construção ou implantação. Tais apólices foram contratadas para os projetos inscritos no referido leilão e possuem vigência até 01/04/2025, em conformidade com as exigências contidas no Edital para o Leilão e os manuais para aporte de garantias.

Em 2021 a Companhia contratou seguro garantia na mesma modalidade para os projetos Morro do Cruzeiro I e II como garantia de indenização dos prejuízos e/ou multas resultantes do inadimplemento do tomador, até o valor de R\$8.400 e R\$5.880, respectivamente, referente às obrigações assumidas na outorga de concessão ou autorização dos empreendimentos participantes do Leilão de Geração n. 08/2021-ANEEL, durante a fase de execução das obras de construção ou implantação. Tais apólices foram contratadas para os projetos inscritos no referido leilão e possuem vigência até 01/05/2026, em conformidade com as exigências contidas no Edital para o Leilão e os manuais para aporte de garantias.

28. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia e suas controladas não possuem quaisquer outras operações com instrumentos financeiros que não estejam refletidos nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2020 e de 31 de dezembro de 2021.

A Companhia e suas controladas operam com diversos instrumentos financeiros, com destaque para caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, aplicações financeiras, contas a pagar a fornecedores, financiamentos, debêntures, concessões a pagar e mútuos com partes relacionadas.

28.1 Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõe a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de taxa de juros de valor justo, risco de taxa de juros de fluxo de caixa e risco de preço), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia.

A gestão de risco é realizada pela tesouraria do Grupo Statkraft, segundo ainda as políticas aprovadas pelo Conselho de Administração. A tesouraria da Companhia identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros em cooperação com as unidades operacionais da mesma. O Conselho de Administração estabelece princípios para a gestão de risco global bem como para áreas específicas como risco de taxa de juros, risco de crédito, uso de instrumentos financeiros derivativos e não derivativos, e investimento de excedentes de caixa.

a) Risco de mercado

Considerando que o Grupo não tem ativos significativos em que incidam juros, o resultado e os fluxos de caixa operacionais da Companhia não são, substancialmente, afetados pelas mudanças nas taxas de juros do mercado.

O risco associado é oriundo apenas da possibilidade de o Grupo incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de juros que venham aumentar as despesas financeiras relativas às debêntures emitidas pelo Grupo indexadas à CDI. Substancialmente, os demais passivos do Grupo não apresentam riscos de taxas de juros que possam afetar de forma relevante o fluxo de caixa, pois os mesmos estão expostos à juros pré-fixados.

b) Risco de liquidez

O risco de liquidez é o risco de o Grupo não vir a dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

Para administrar a liquidez do caixa, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas periodicamente pela área de Tesouraria.

c) Risco de crédito

O risco de crédito da Companhia está atualmente concentrado nos contratos de venda de energia no mercado regulado (ACR), cabendo uma pequena parcela da energia vendida no mercado livre (ACL). Os contratos regulados são padronizados, incluindo os mecanismos de garantia neles previsto. Por outro lado, as contrapartes no mercado livre passam por criteriosa avaliação de crédito feita pela Companhia onde é definida a classificação de risco, garantias requeridas e limites para operação. Atualmente, a Companhia possui em sua carteira no mercado livre somente contrapartes com excelente avaliação de crédito.

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros (não derivativos) do Grupo, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados.

	Controladora	Consolidado			
	Menos de um ano	Menos de um ano	Entre um e três anos	Entre três e cinco anos	Mais de cinco anos
Em 31 de dezembro de 2021:					
Fornecedores nacionais	11.612	32.787	-	-	-
Financiamentos	227.765	244.953	287.196	73.196	365.629
Partes relacionadas	60.448	61.409	-	-	-
Concessões a pagar	14.605	14.605	27.574	38.645	30.067
Dividendos a pagar	8.722	8.722	-	-	-
Provisão para remoção de imobilizado	-	-	-	-	65.937
Em 31 de dezembro de 2020:					
Fornecedores nacionais	102.926	124.009	-	-	-
Financiamentos	82.413	82.413	501.035	51.000	-
Partes relacionadas	57.940	58.972	-	-	-
Concessões a pagar	11.537	11.537	35.177	26.893	22.980
Dividendos a pagar	2.826	2.826	-	-	-
Provisão para remoção de imobilizado	-	-	-	-	10.866

A Companhia entende não haver riscos significativos de liquidez.

d) Risco de vencimento antecipado do financiamento

Risco proveniente do descumprimento de cláusulas contratuais restritiva, presentes nos contratos de financiamento do Grupo (nota explicativa nº 17), as quais, em geral, requerem a manutenção de índices econômico-financeiros em determinados níveis. A Administração monitora regularmente estes índices financeiros, com o objetivo de tomar as ações necessárias para garantir que os contratos de financiamentos não tenham seu vencimento antecipado.

e) Análise de sensibilidade

A seguir, quadro ilustrativo da análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, que descreve os efeitos sobre as variações monetárias, bem como sobre as despesas financeiras apuradas sobre o cenário projetado para 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, caso tais variações nos componentes dos riscos identificados ocorressem.

Simplificações financeiras foram efetuadas no isolamento da variabilidade do fator de risco em análise. Como consequência, as estimativas apresentadas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser apurados nas próximas informações financeiras intermediárias. O uso de diferentes hipóteses e/ou metodologias pode gerar um efeito material sobre as estimativas apresentadas a seguir.

Metodologia utilizada

A partir dos saldos dos valores expostos, conforme demonstrado na tabela a seguir e assumindo que os mesmos se mantenham constantes, apurou-se o diferencial de juros para cada um dos cenários projetados.

Na avaliação dos valores expostos ao risco de taxa de juros, consideramos apenas os riscos para as informações financeiras, ou seja, foram isolados e excluídos os fatores de juros prefixados por não apresentarem riscos às informações financeiras intermediárias por conta de variações nos cenários econômicos.

O cenário provável está baseado nas expectativas da Companhia, que por sua vez estão em linha com as projeções demonstradas no relatório Banco Santander S.A., na data de 14 de janeiro de 2022, para cada uma das variáveis indicadas. As taxas de juros estão em linha com as projeções demonstradas no relatório Focus do Banco Central do Brasil - BACEN, na data de 31 de dezembro de 2021. Adicionalmente, as variações positivas e negativas de 25% e 50% foram aplicadas sobre as taxas projetadas para 31 de dezembro de 2021.

Fator de risco para mudança na taxa de juros (consolidado)

	Fator de risco	Valores expostos em 2021	Valores expostos em 2020	-50%	-25%	Cenário provável	25%	50%
Aplicações financeiras	CDI	185.584	229.367	8.630	12.944	17.259	21.574	25.889
Aplicações financeiras restritas	CDI	14.842	-	690	1.035	1.380	1.725	2.070
Empréstimos e financiamentos	CDI	(152.060)	(228.233)	(7.071)	(10.606)	(14.142)	(17.677)	(21.212)
Empréstimos e financiamentos	IPCA	(406.215)	-	(21.245)	(31.868)	(42.490)	(53.113)	(63.735)
Impacto líquido	CDI	<u>48.366</u>	<u>1.134</u>	<u>2.249</u>	<u>3.374</u>	<u>4.498</u>	<u>5.623</u>	<u>6.747</u>
Impacto líquido	IPCA	(406.215)	-	(21.245)	(31.868)	(42.490)	(53.113)	(63.735)

f) Estimativa do valor justo

Considera-se que os saldos das contas a receber de clientes, contas a pagar aos fornecedores, debêntures, concessões a pagar, demonstrados a valor contábil, menos a perda ("impairment"), quando aplicável, venham a estar próximos de seus valores justos.

A tabela abaixo classifica os instrumentos financeiros contabilizados ao valor justo de acordo com o método de avaliação. Os diferentes níveis foram definidos como segue:

- (i) Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos (nível 1).
- (ii) Informações, além dos preços cotados, incluídas no nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços) (nível 2).
- (iii) Informações para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, inserções não observáveis) (nível 3).

Consolidado	Em 31 de dezembro de 2021			Em 31 de dezembro de 2020		
	Nível 2	Nível 3	Saldo total	Nível 2	Nível 3	Saldo total
Ativo						
Aplicação financeira restrita	14.842	-	14.842	-	-	-
Investimentos ao valor justo (*)	-	84.434	84.434	-	40.476	40.476
Total do ativo	<u>14.842</u>	<u>84.434</u>	<u>99.276</u>	<u>-</u>	<u>40.476</u>	<u>40.476</u>

- (*) A Companhia possui investimentos nas empresas Ceran - Companhia Energética Rio das Antas S.A. na ordem de 5% e Dfesa - Dona Francisca Energética S.A. na ordem de 2,12%, nas quais não tem influência significativa e são registrados a valor justo nos respectivos montantes de R\$75.804 e R\$8.630 (R\$35.282 e R\$5.194 em 31 de dezembro de 2020).

A Companhia preparou os fluxos de caixa futuros para a avaliação do valor de seu investimento considerando como fim a data de finalização do contrato de concessão. Existe a possibilidade de prorrogação do prazo de concessão desta Companhia investida por mais 20 anos após o encerramento do primeiro período de concessão, entretanto é necessário à autorização de terceiros para a renovação da concessão. Assim a possível prorrogação pode acarretar valores diferentes dos atuais registrados.

g) Instrumentos financeiros por categoria (consolidado)

	Consolidado			
	Ao valor justo por meio do resultado	Ao custo amortizado	Ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	Total
<u>31 de dezembro de 2021</u>				
Ativos, conforme o balanço patrimonial:				
Caixa e equivalentes de caixa	186.403	-	-	186.403
Contas a receber de clientes	-	79.350	-	79.350
Repactuação do risco hidrológico	-	3.668	-	3.668
Aplicação financeira restrita	14.842	-	-	14.842
Investimentos ao valor justo	-	-	84.434	84.434
Propriedades para investimento	19.092	-	-	19.092
	<u>220.337</u>	<u>83.018</u>	<u>84.434</u>	<u>387.789</u>

	Consolidado			
	Ao valor justo por meio do resultado	Ao custo amortizado	Ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	Total
<u>31 de dezembro de 2020</u>				
Ativos, conforme o balanço patrimonial:				
Caixa e equivalentes de caixa	235.645	-	-	235.645
Contas a receber	-	64.280	-	64.280
Repactuação do risco hidrológico	-	4.552	-	4.552
Investimentos ao valor justo	-	-	40.476	40.476
Propriedades para investimento	19.092	-	-	19.092
	<u>254.737</u>	<u>68.832</u>	<u>40.476</u>	<u>364.045</u>

	Consolidado		
	Ao valor justo por meio do resultado	Ao custo amortizado	Total
<u>31 de dezembro de 2021</u>			
Passivo, conforme o balanço patrimonial:			
Fornecedores	-	32.787	32.787
Financiamentos	-	970.974	970.974
Partes relacionadas	-	61.409	61.409
Concessão a pagar	-	110.820	110.820
Provisão para remoção de imobilizado	65.937	-	65.937
	65.937	1.175.990	1.241.927

	Consolidado		
	Ao valor justo por meio do resultado	Ao custo amortizado	Total
<u>31 de dezembro de 2020</u>			
Passivo, conforme o balanço patrimonial:			
Fornecedores	-	124.009	124.009
Financiamentos	-	634.448	634.448
Partes relacionadas	-	58.972	58.972
Concessão a pagar	-	96.587	96.587
Provisão para remoção de imobilizado	10.866	-	10.866
	<u>10.866</u>	<u>914.016</u>	<u>924.882</u>

29. OUTROS RISCOS OPERACIONAIS

a) Risco hidrológico

Risco decorrente de possível período de escassez de chuvas. De acordo com a regulamentação brasileira, a receita proveniente da venda de energia elétrica pelas geradoras não depende diretamente da energia efetivamente gerada, e sim da quantidade de energia elétrica e potência efetivamente comercializada por elas, limitada à energia assegurada, cuja quantidade é fixa e determinada pelo poder concedente, constando da respectiva autorização e suas alterações subsequentes emitidas pelo mesmo.

As diferenças entre a energia gerada e a energia assegurada são cobertas pelo Mecanismo de Realocação de Energia - MRE, cujo principal propósito é mitigar os riscos hidrológicos assegurando que todas as usinas participantes recebam pela quantidade comercializada da energia assegurada, independentemente da quantidade de energia elétrica por elas efetivamente gerada.

Tendo em vista que o MRE está suscetível a déficit de energia (geração do MRE inferior a garantia física do MRE) foi criado o Fator de Ajuste da Garantia Física, ou "Generation Scaling Factor - GSF", que reduz a garantia física de todas as usinas pertencentes ao MRE. Deste modo, as usinas precisam comprar energia no curto prazo, valorada ao PLD, para honrar seus contratos de fornecimento de energia.

Com o intuito de mitigar/extinguir esta exposição a Lei nº 13.203/15 sancionou a repactuação do risco hidrológico a qual as usinas PCH Esmeralda, PCH Santa Rosa e PCH Santa Laura aderiram e repactuação na modalidade de proteção de 100% extinguindo assim o risco de GSF.

Com a finalidade de compensar os efeitos adversos do risco de GSF, a Lei nº 14.052/2020 proveu compensação aos participantes do MRE em forma de extensão da concessão, às quais as usinas hídricas do Grupo aderiram.

Além do mais, é possível a saída e regresso de usinas do MRE (dentro dos prazos e para determinadas usinas), onde as usinas não participantes destes mecanismos devem produzir mensalmente a garantia física alocada para o mês em questão. Verificando esta possibilidade a empresa adotou a estratégia de saída e regresso das usinas de seu portfólio do MRE. Atualmente todas as usinas hídricas encontram-se no MRE, exceto a PCH Moinho sobre a qual existe a expectativa de retorno ao mecanismo em julho de 2022.

b) Risco da não prorrogação da autorização ou concessão

A Companhia possui autorizações e concessões para exploração dos serviços de geração de energia elétrica. Caso sua prorrogação não seja deferida pelos órgãos reguladores ou a mesma ocorra mediante a imposição de custos adicionais para a Companhia, os atuais níveis de rentabilidade e atividade podem ser reduzidos. Não há garantia de que as autorizações e concessões hoje outorgadas à Companhia serão, por ocasião de seu vencimento, prorrogadas pelo poder concedente.

30. PROVISÕES PARA RISCOS CÍVEIS, TRABALHISTAS E TRIBUTÁRIOS

A Companhia constitui provisões em montante suficiente para cobrir as perdas consideradas prováveis e para as quais uma estimativa confiável possa ser realizada. As principais ações se referem processos trabalhistas, tributários e cíveis. Os valores provisionados são:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
Processos trabalhistas	793	874	828	874
Processos fiscais	4.317	5.112	4.318	5.112
Processos cíveis	2.582	24.028	2.702	32.230
	<u>7.692</u>	<u>30.014</u>	<u>7.848</u>	<u>38.216</u>

A movimentação dos saldos provisionados é assim demonstrada:

	Controladora	Consolidado
Em 31 de dezembro de 2020	30.014	38.216
Adição	2.945	3.080
Atualização	598	606
Reversão	<u>(25.865)</u>	<u>(34.054)</u>
Em 31 de dezembro de 2021	<u>7.692</u>	<u>7.848</u>

Contingências possíveis

Os processos judiciais que constituem obrigações presentes cuja saída de recursos não é provável ou para os quais não seja possível fazer uma estimativa suficientemente confiável do valor da obrigação, bem como aqueles que não constituem obrigações presentes, não são reconhecidos, mas são divulgados, a menos que seja remota a possibilidade de saída de recursos.

Processos investigativos

- (a) Como parte do processo de integração ao Grupo Statkraft, após a aquisição pelo Grupo do controle majoritário da Companhia SKER, em 13 de julho de 2015, o Grupo realizou uma investigação interna relacionada a Companhia e suas subsidiárias, sendo que o verificado durante a mesma foi informado às autoridades competentes durante o exercício de 2016. Em 15 de outubro de 2021, a Companhia firmou um Acordo de Leniência com o poder público federal para um dos casos denunciados e realizou o pagamento de R\$18.019 mil em multas e ressarcimento de vantagens indevidas obtidas antes da aquisição do controle acionário pela Statkraft. Como fruto do acordo, a Companhia implementará melhorias no seu sistema de conformidade, de forma a assegurar que a Companhia continue a operar no País de acordo com os mais elevados padrões éticos, com tolerância zero para a corrupção. No estágio atual, não é possível prever o resultado final para os outros casos relatados.

- (b) A Companhia e diversos outros réus são Parte em ação civil pública ajuizada pela Associação Nacional Independente dos Participantes e Assistidos da FUNCEF ("ANIPA") que tem por objetivo reconhecer supostos prejuízos causados aos participantes da citada Associação por má administração dos recursos pela FUNCEF. O montante requerido na ação é de R\$8,2 bilhões, inexistindo individualização de valores por réu. Neste momento, fase inicial de instrução processual, não é possível estimar se haverá qualquer impacto para a Companhia, tampouco o valor aproximado de condenação, caso haja. Desta forma o processo remanesce classificado com a avaliação de risco possível, e ilíquida.

A Companhia é ré, entre outros, na ação civil pública cumulada com ação por ato de improbidade administrativa ajuizada inicialmente pelo Ministério Público Federal, e atualmente pelo Ministério Público do Estado de Santa Catarina (em razão de declínio de competência), em virtude de supostos atos de improbidade administrativa na obtenção das licenças ambientais de instalação de usinas eólicas do Parque de Água Doce, no valor histórico de R\$1,3 bilhão. Esta ação judicial tem avaliação de perda possível indicada pelos seus patronos, sendo, contudo, ilíquida para a fase processual em que se encontra o processo.

Os demais passivos contingentes com probabilidade de perda considerada possível são apresentados a seguir:

	Consolidado	
	31.12.2021	31.12.2020
Trabalhistas	1.309	1.895
Fiscais	94.880	69.918
Cíveis	5.483	1.537
	<u>101.672</u>	<u>73.350</u>

31. RESULTADO POR AÇÃO

O resultado básico por ação é calculado pela divisão do lucro líquido disponível aos acionistas pela quantidade média ponderada de ações em circulação durante o período. A Companhia não tem categorias de ações ordinárias com potenciais com efeitos diluidores e por isso o resultado do lucro por ação básico e diluído são os mesmos.

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
Lucro atribuível aos acionistas ordinários da Companhia	183.620	59.504	183.620	59.504
Quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação	301.696	218.371	301.696	218.371
Lucro por ação	<u>0,60862</u>	<u>0,27249</u>	<u>0,60862</u>	<u>0,27249</u>

32. TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA

Durante o exercício de 2021, o Grupo realizou as seguintes atividades de investimento não envolvendo caixa, não estando, portanto, refletidas na demonstração dos fluxos de caixa:

- a) Como parte do processo de repactuação do risco hidrológico, o Grupo reconheceu o montante de R\$ 66.618 na controladora e R\$ 96.364 no consolidado como direito de extensão da concessão de seus ativos na rubrica do intangível, o qual teve como contrapartida a recuperação do custo

operacional, conforme discriminado na nota explicativa nº 7;

- b) O Grupo reconheceu a provisão para desmobilização das usinas que compõem o projeto Ventos de Santa Eugênia no montante de R\$ 54.170 no ativo imobilizado com contrapartida no passivo não circulante;
- c) O Grupo reconheceu os montantes de R\$ 6.571 na controladora e R\$ 26.816 no consolidado no grupo de imobilizado referente à juros capitalizados sobre os financiamentos vinculados à construção das usinas que compõem o projeto Ventos de Santa Eugênia, com contrapartida na rubrica de financiamentos do passivo circulante.

33. EVENTOS SUBSEQUENTES

33.1. Aumento de capital

Em 15 de dezembro de 2021, foi aprovado através de AGE a subscrição de 59.012.693 ações, onde 36.824.878 foram subscritas pela acionista Statkraft Investimentos e 8.465.780 pela acionista FUNCEF. A integralização ocorreu em 14 de janeiro de 2022, no montante de R\$260.000.

Em 11 de março de 2022, o aumento do capital autorizado da Companhia no montante de R\$688.740 foi aprovado via AGE. Foram subscritas 101.570.743 ações com cronograma de integralização a ser realizado no decorrer de 2022.

33.2. Celebração de contratos de financiamentos

Em 09 de março de 2022 o Grupo celebrou junto ao BNB – Banco do Nordeste do Brasil S.A. – contratos de financiamento no montante de R\$ 257 milhões para a construção dos parques eólicos que compõem o projeto Morro do Cruzeiro. Os contratos possuem carência de 3 anos e prazo total de 22 anos. O custo desta captação foi de 3,61%a.a. adicionados ao IPCA.
